

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO – UNISAGRADO

ANA LUIZA PALMA MARQUES

ORGULHO E REPRESENTAÇÃO: ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA
COBERTURA DO MÊS DO ORGULHO LGBTQIA+ NO G1

BAURU

2024

ANA LUIZA PALMA MARQUES

ORGULHO E REPRESENTAÇÃO: ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA
COBERTURA DO MÊS DO ORGULHO LGBTQIA+ NO G1

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em
Jornalismo - Centro Universitário Sagrado
Coração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Erica Cristina de
Souza Franzon

BAURU

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

M3573o	<p>Marques, Ana Luiza Palma</p> <p>Orgulho e Representação: enquadramento noticioso da cobertura do mês do orgulho LGBTQIA no G1 / Ana Luiza Palma Marques. -- 2024. 82f. : il.</p> <p>Orientadora: Prof.^a Dra. Erica Cristina de Souza Franzon</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP</p> <p>1. Comunidade LGBTQIA. 2. Enquadramento. 3. G1. 4. Jornalismo. 5. Representação. I. Franzon, Érica Cristina de Souza. II. Título.</p>
--------	--

ANA LUIZA PALMA MARQUES

ORGULHO E REPRESENTAÇÃO: ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DA
COBERTURA DO MÊS DO ORGULHO LGBTQIA+ NO G1

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos
para obtenção do título de bacharel em
Jornalismo - Centro Universitário Sagrado
Coração.

Aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Erica Cristina de Souza Franzon
Centro Universitário Sagrado Coração

Prof.^o Me. Marcelo Narciso Bueno Junior
Centro Universitário Sagrado Coração

Taylise Rochelli Zagatto
Advogada

Dedico este trabalho ao meu pai, cuja força, amor e sabedoria continuam vivos em mim. Sua ausência física não apaga o legado que deixou, e é com ele no coração que concluo essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, rendo minha mais profunda gratidão a Deus e aos orixás, especialmente a Mamãe Oxum, cuja guia amorosa ilumina meu caminho e enche meu coração de força e fé. Ser filha dela e do amor é uma bênção que carrego com imenso orgulho. Ora Yê iê, ô!

À mulher guerreira que me deu a vida e que me inspira todos os dias, minha mãe, Solange Cristiane Palma, devo tudo a você. Seu amor incondicional e apoio incansável foram as âncoras que me mantiveram firme durante essa jornada. Sempre me apoiou em cada decisão maluca, permitindo que eu voasse e fosse quem realmente sou. Sua leveza, alegria e liberdade transformaram meu mundo e me ensinaram a abraçar todas as facetas da vida com um sorriso. Sou profundamente grata por sua confiança e amor, pois você não apenas me deu a vida, mas também me moldou na mulher incrível que sou, assim como você.

Ao meu querido irmão Jivago Palma, meu companheiro de aventuras, meu cúmplice nas loucuras e amigo para todas as horas, agradeço pelo acolhimento, por cada abraço, risada e momento. Te amo muito!

Agradeço também à minha família, que com todo cuidado e suporte tornou possível cada passo dessa trajetória. A vocês que estiveram sempre ao meu lado, seja com palavras de encorajamento, gestos de carinho ou simples presenças, meu profundo obrigado.

Aos meus amigos da faculdade, deixo um agradecimento especial para a minha menina, Nicolle Augustinho Ferraz. Sem você, eu não teria sobrevivido a esses quatro anos. Você é o verde vibrante que colore meus dias, a energia que transforma cada momento simples em algo inesquecível. Sua amizade é o abraço que se transforma em lar, a luz que aquece até os dias mais sombrios. Você me fez sentir viva, renovada, e me ensinou o valor da alegria mesmo nos momentos mais difíceis. Cada risada sua ecoa como uma música que embala minhas melhores memórias. Você é minha irmã de alma, uma presença única e especial que ilumina tudo por onde passa. Te amarei eternamente, mesmo além do fim.

À Beatriz dos Reis Perezi Marçal e Larissa Fontanezzi Garla, meu coração transborda de carinho. Vocês são pura luz, trazendo força e alegria em cada instante dessa caminhada. Cada risada compartilhada e cada sofrimento conjunto tornaram os desafios mais fáceis de enfrentar e as conquistas, mais significativas. Vocês foram

muito especiais em cada passo dessa jornada, e sou imensamente grata por terem tornado tudo mais leve e repleto de significado.

À minha sala, composta por talentos incríveis, deixo um sincero agradecimento. Cada um de vocês, com suas particularidades e capacidades, contribuiu para criar um ambiente de aprendizado e crescimento mútuo que levarei comigo por toda a vida. Foi uma honra compartilhar essa jornada com vocês, e mal posso esperar para ver o impacto que faremos como jornalistas comprometidos e apaixonados.

Às minhas amigas de infância, Laura Dutra Achilles e Lorhaina Batista Fernandes Silva, minha eterna gratidão por estarem sempre ao meu lado. Ao longo dos anos, especialmente durante os desafios na faculdade, vocês foram meu porto seguro, sempre prontas para me apoiar e me reerguer. Há algo lindo em ter amigas de longa data que testemunharam múltiplas versões de mim e me amaram incondicionalmente em cada uma delas. Sua amizade é um presente inestimável que me ajudou a atravessar os momentos mais difíceis, e tudo o que fizeram por mim foi fundamental para que eu me sentisse menos sozinha. Agradeço de coração por serem as irmãs que a vida me deu e por me lembrarem, constantemente, da força que existe na união e no amor verdadeiro.

À minha orientadora, Erica Cristina de Souza Franzon, minha gratidão é imensurável. Sua orientação e apoio, tanto acadêmico quanto pessoal, foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse. Seu exemplo de dedicação e empatia me marcou profundamente.

Por fim, mas não menos importante, meu mais sincero agradecimento a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida. Cada palavra de apoio, cada gesto de carinho e cada sorriso de incentivo foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Vocês me impulsionaram em momentos de dúvida, celebraram minhas conquistas como se fossem suas e acreditaram em mim, mesmo quando eu duvidei. Levarei cada um de vocês no coração em minha jornada, sempre lembrando do papel fundamental que desempenharam na construção da pessoa que sou hoje.

Agora, a todos aqueles que tiveram o orgulho de me chamar de universitária, dou o prazer de me chamarem de jornalista.

"O mundo não se divide em pessoas boas e más. Todos temos luz e trevas dentro de nós. O que importa é o lado em que escolhemos agir. Isso é o que realmente somos." (J.K. Rowling, Harry Potter e a Ordem da Fênix, 2003)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a representação da comunidade LGBTQIA+ na cobertura jornalística do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+ entre 2019 e 2024, para identificar como as diferentes expressões e vivências dessa comunidade são representadas, além de observar a presença de estereótipos, preconceitos e lacunas. A pesquisa combina abordagens qualitativa e quantitativa para investigar criticamente o papel do jornalismo na construção de narrativas inclusivas, considerando a evolução histórica da representação da comunidade LGBTQIA+ e suas implicações sociais e culturais. A metodologia incluiu a análise de um total de 460 matérias coletadas do G1, das quais cinco foram selecionadas para análise aprofundada. Foram coletados dados quantitativos sobre a frequência de temas abordados e identificados estereótipos, preconceitos e lacunas nas narrativas. Os resultados indicam que, embora tenham ocorrido avanços na cobertura, persistem estereótipos e representações limitadas que não abarcam a diversidade de vivências da comunidade. As considerações finais destacam a importância de uma representação mais justa e equitativa da comunidade LGBTQIA+ no jornalismo, propondo caminhos para melhorias na cobertura midiática.

Palavras-chave: comunidade LGBTQIA+; enquadramento; G1; jornalismo; representação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the representation of the LGBTQIA+ community in the journalistic coverage of the G1 portal during LGBTQIA+ Pride Month between 2019 and 2024, to identify how the different expressions and experiences of this community are represented, as well as to observe the presence of stereotypes, prejudices, and gaps. The research combines qualitative and quantitative approaches to critically investigate the role of journalism in constructing inclusive narratives, considering the historical evolution of LGBTQIA+ community representation and its social and cultural implications. The methodology included the analysis of a total of 460 articles collected from G1, of which five were selected for in-depth analysis. Quantitative data were gathered on the frequency of topics covered, and stereotypes, prejudices, and gaps in narratives were identified. The results indicate that, although there have been advances in coverage, stereotypes and limited representations persist, failing to encompass the diversity of the community's experiences. The final considerations highlight the importance of fair and equitable representation of the LGBTQIA+ community in journalism, proposing pathways for improving media coverage.

Keywords: LGBTQIA+ community; framing; G1; journalism; representation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trecho do <i>Manual de Comunicação LGBTI+</i>	28
Figura 2 - Capa do jornal <i>Lampião da Esquina</i> , 1981	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matérias 2019.....	48
Tabela 2 - Matérias 2020.....	49
Tabela 3 - Matérias 2021.....	50
Tabela 4 - Matérias 2022.....	50
Tabela 5 - Matérias 2023.....	51
Tabela 6 - Matérias 2024.....	51
Tabela 7 - Matérias 2019 a 2024.....	52

LISTA DE SIGLAS

GL	Gays e Lésbicas
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e outros grupos
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers e Intersexuais e outros grupos
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O PODER DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS	20
2.1	O papel do jornalismo na representatividade LGBTQIA+	22
2.2	A notícia como construção social da realidade.....	24
2.3	Manuais de comunicação	27
3	A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+	31
3.1	Performatividade e identidade queer	34
4	JORNALISMO DIGITAL E O PORTAL G1	38
4.1	O enquadramento noticioso na era digital	41
5	METODOLOGIA	44
6	ANÁLISE DAS MATÉRIAS: MÊS DO ORGULHO NO G1	48
6.1	Cores vazias: a representação limitada em Madre de Deus	55
6.2	Identidade em jogo: <i>They</i> e a revolução do gênero.....	60
6.3	Só tem viado no presídio?: a realidade LGBTQIA+ nas cadeias.....	63
6.4	“Tenho até colegas de trabalho que são...”: desafios no mercado	66
6.5	Brilho Juiz-forano: o encanto superficial das drags	71
6.6	Discussão dos resultados: quase lá, só mais alguns passos	72
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo desempenha um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção da realidade social. Segundo Nelson Traquina (2001, p. 46), “o jornalismo é uma construção social da realidade, onde os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber especializado sobre o que é notícia”. Ele tem o poder de transformar a sociedade ao dar visibilidade a questões importantes ou, ao contrário, de reforçar preconceitos e estereótipos existentes. Traquina também destaca que “o jornalismo é essencial para a democracia, pois fornece aos cidadãos as informações necessárias para tomar decisões informadas e participar ativamente na sociedade” (Traquina, 2004, p. 59). Dessa forma, o jornalismo não apenas informa, mas também molda a percepção pública e pode influenciar significativamente a representatividade de grupos, como a comunidade LGBTQIA+.

A comunidade LGBTQIA+ é composta por indivíduos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais. Historicamente, essa comunidade tem enfrentado discriminação, preconceito e violência, especialmente no Brasil¹. No entanto, nas últimas décadas, houve avanços significativos na luta por direitos e reconhecimento, impulsionados por movimentos sociais e mudanças legislativas.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil tomou uma decisão histórica ao equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Esta decisão representou um marco importante na proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+, proporcionando maior segurança jurídica e visibilidade para as questões enfrentadas por esses indivíduos. A partir dessa decisão, o “Mês do Orgulho LGBTQIA+” ganhou ainda mais relevância, não apenas como uma celebração, mas também como um momento de reflexão e luta por igualdade.

A partir desse marco legal, o papel do jornalismo na representação da comunidade LGBTQIA+ se tornou ainda mais crucial. Segundo Hall (2013), a mídia não apenas reflete a realidade, mas também a constrói, influenciando a percepção pública e moldando atitudes sociais. Estudos indicam que a cobertura midiática pode contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa ao dar visibilidade a questões importantes e promover a diversidade (Gross, 2001). Esse

¹ Disponível em: [observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf](#). Acesso em: 12 de setembro de 2024.

contexto amplia a responsabilidade dos veículos de comunicação, destacando a necessidade de uma cobertura que vá além do mero cumprimento das novas diretrizes legais. Portanto, é fundamental analisar como os portais jornalísticos têm abordado essas questões e quais têm sido os reflexos dessa cobertura na sociedade.

Considerando a influência significativa do jornalismo na formação da opinião pública, minha experiência pessoal no final de 2023 reforçou a importância dessa análise. Vivi uma situação de homofobia que me levou a refletir profundamente sobre a necessidade de uma representação mais justa e sensível da comunidade LGBTQIA+. Como mulher bissexual, essa experiência despertou em mim a urgência de investigar como o jornalismo aborda essas questões e qual é o impacto dessa abordagem na consciência coletiva e na luta por direitos. Essa reflexão pessoal se torna ainda mais relevante ao considerar o papel do jornalismo na promoção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Além do impacto legal e social, é importante considerar o contexto histórico e cultural em que estamos inseridos. Vivemos em uma sociedade que historicamente adota uma visão heteronormativa, marginalizando comportamentos e identidades fora desse padrão. De acordo com Fernandes (2006), essa normatividade binária resulta em deslocamento social e exclusão dos membros LGBTQIA+, influenciando a luta por direitos. A busca por representatividade surge do reconhecimento de que essas identidades são invisibilizadas, tornando crucial ver tais experiências refletidas de forma genuína e respeitosa no jornalismo.

De acordo com os pesquisadores Rodrigues e Lazarin (2014), no cenário atual brasileiro a discussão em torno do grupo LGBTQIA+ está centrada na conquista dos direitos civis. Nesse contexto, durante o processo de reivindicação desses direitos, muitas pessoas se tornam conscientes da postura adotada pela mídia em relação à sexualidade daqueles que não se encaixam no modelo hegemônico. Eles corroboram essas afirmações, destacando que as demandas dos movimentos da sociedade civil têm impacto em várias esferas, incluindo a mídia. Por outro lado, o jornalismo, além de moldar opiniões, também reflete as visões predominantes em um determinado contexto social. Ele se adapta à imaginação social, disseminando valores, crenças e concepções amplamente reconhecidas.

O jornalismo tem a responsabilidade de representar a diversidade de forma autêntica e informada. No entanto, de acordo com Dill-Shackleford (2017),

frequentemente, a mídia reproduz estereótipos e falha em capturar a complexidade das experiências LGBTQIA+.

Notícias e narrativas fictícias nos contam o que significa ser membro e pertencer a um grupo social (nacionalidade, etnia, gênero e orientação sexual). Essas histórias são absorvidas e processadas por nossas mentes em constante desenvolvimento, afetando o desenvolvimento da identidade e aprendizagem social. Essas experiências com personagens fictícios ou reais, nos ensinam sobre o mundo social, como navegá-lo, o que outros esperam, creem e assumem sobre membros de grupos sociais. (Dill-Shackleford, 2017, p. 158)

Dessa forma, é crucial que as narrativas jornalísticas sejam construídas com sensibilidade e empatia, reconhecendo e respeitando as identidades e experiências das pessoas retratadas. Embora a cobertura de temas LGBTQIA+ tenha avançado, ainda persiste uma abordagem muitas vezes superficial ou limitada, que não reflete a complexidade real das vivências dessa comunidade. Isso pode reforçar preconceitos e perpetuar uma compreensão estereotipada dessas questões.

Nesse contexto, o G1, como um dos principais portais de notícias do Brasil, desempenha um papel de extrema relevância. Pertencente às Organizações Globo, o portal tem grande impacto na formação da opinião pública e, conseqüentemente, na percepção sobre a diversidade sexual e de gênero. Segundo o próprio G1, “o jornalismo é uma atividade que permite um primeiro conhecimento de fenômenos complexos e simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem” (G1)².

Assim, é essencial compreender como o G1 aborda a cobertura do Mês do Orgulho LGBTQIA+. Suas reportagens moldam a percepção pública e podem influenciar a compreensão social sobre a comunidade LGBTQIA+, seja para avançar na inclusão ou perpetuar visões limitadas. A escolha do recorte temporal de 2019 a 2024, que inclui avanços significativos nos direitos LGBTQIA+ no Brasil, permite uma análise aprofundada dessas representações ao longo de um período marcado por mudanças legislativas e sociais.

A análise da cobertura jornalística do G1, assim como a crítica aos padrões de representação adotados, é vital para promover uma mídia mais inclusiva e justa. Como

² Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 06 de setembro de 2024.

um veículo amplamente acessível, o portal exerce uma influência significativa sobre como a comunidade LGBTQIA+ é retratada e entendida.

Este trabalho, portanto, visa explorar como a representação da comunidade LGBTQIA+ tem sido construída no jornalismo digital nos últimos cinco anos, especialmente após a decisão histórica do STF de 2019, que equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Ao examinar as narrativas jornalísticas e identificar preconceitos, espera-se contribuir para uma prática jornalística mais justa e precisa, que reflita verdadeiramente a diversidade da sociedade.

Dado o contexto apresentado, o **problema de pesquisa** busca entender como a cobertura do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+, nos anos de 2019 a 2024, reflete as diferentes expressões e vivências dessa comunidade.

Com base nesse problema, são formuladas as seguintes **hipóteses**:

- A forma como o G1 retrata a comunidade LGBTQIA+ durante o mês do orgulho pode influenciar a construção de estereótipos ou desconstruí-los, dependendo da abordagem adotada nas matérias.
- Coberturas que utilizam abordagens reducionistas ou estereotipadas podem contribuir para a marginalização e desumanização da comunidade LGBTQIA+, mesmo durante o mês do orgulho.
- Uma cobertura jornalística positiva e diversa, principalmente realizada no mês do orgulho, pode promover a aceitação e uma visão mais inclusiva da comunidade LGBTQIA+ na sociedade, ao amplificar suas diferentes expressões e vivências.

O **objetivo geral** desta pesquisa é, portanto, analisar a representação da comunidade LGBTQIA+ na cobertura jornalística do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+ entre 2019 e 2024, buscando identificar como as diferentes expressões e vivências dessa comunidade são representadas, além da presença de estereótipos, preconceitos e lacunas.

Os **objetivos específicos** que orientam esta investigação incluem:

- a) Analisar criticamente o papel do jornalismo na representatividade da comunidade LGBTQIA+, considerando os elementos que favorecem ou prejudicam a construção de narrativas inclusivas e a diversidade de expressões identitárias;

- b) Investigar a evolução histórica da representação da comunidade LGBTQIA+ no jornalismo, destacando mudanças significativas nas narrativas e abordagens ao longo do tempo e suas implicações sociais e culturais;
- c) Examinar o papel do portal G1 como veículo de comunicação digital, avaliando sua influência na percepção pública da comunidade LGBTQIA+ e como a plataforma molda a discussão sobre temas relacionados durante o mês do orgulho;
- d) Identificar e analisar a presença de estereótipos e preconceitos nas reportagens do G1 durante o mês do orgulho entre 2019 e 2024, buscando compreender as narrativas predominantes e as lacunas na cobertura da diversidade de vivências da comunidade;
- e) Refletir sobre as conclusões da análise realizada, apresentando considerações finais que sintetizem os principais achados da pesquisa e proponham caminhos para uma representação mais justa e equitativa da comunidade LGBTQIA+ no jornalismo.

A **justificativa** para esta pesquisa está baseada na importância da representação da comunidade LGBTQIA+ na mídia é crucial para a formação de opiniões e percepções sociais, impactando diretamente a inclusão e a compreensão dessa comunidade. A cobertura do mês do orgulho, especialmente em um portal de grande circulação como o G1, oferece uma oportunidade única para analisar como a mídia aborda e representa as diversas expressões e vivências da comunidade LGBTQIA+.

A escolha do G1 como objeto de estudo é fundamentada em seu papel preponderante na mídia brasileira, sendo um dos principais veículos de disseminação de informações. A mídia, conforme abordado no livro "Mídia, Discurso e Poder: Estudos Interdisciplinares sobre a Representação" de Ingrid Finger e Karina Menezes (2012), exerce uma influência significativa na construção das identidades sociais e na perpetuação ou desconstrução de estereótipos. As autoras destacam que a representação negativa ou estereotipada pode reforçar visões preconceituosas e marginalizar minorias, enquanto uma representação positiva e inclusiva pode promover maior empatia e compreensão.

Além disso, estudos como o da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, 2022) revelam que a falta de representação positiva contribui para o aumento da

discriminação e violência contra a comunidade LGBTQIA+, ao excluir suas experiências da narrativa social dominante e perpetuar estigmas.

Para ampliar o conhecimento sobre o tema, a pesquisa foi desenvolvida como uma pesquisa básica, com abordagem predominantemente qualitativa e um complemento quantitativo. Os procedimentos adotados incluem a pesquisa bibliográfica e documental, essenciais para embasar teoricamente a discussão sobre representatividade LGBTQIA+ e práticas jornalísticas. A pesquisa bibliográfica contou com a contribuição de autores como Judith Butler (2005), que discute o poder simbólico no contexto da mídia, e Sádaba (2007), que explora a construção de percepções sociais pelo jornalismo. A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a análise de reportagens e artigos, o que permitiu observar o tratamento do tema pelo portal G1 ao longo dos anos estudados. Para a análise, foi utilizado o método de enquadramento noticioso, que possibilita examinar como os termos e as escolhas editoriais influenciam a percepção pública das narrativas, abordando tanto os estereótipos quanto as lacunas na cobertura jornalística.

A escolha do recorte temporal de 2019 a 2024 para este estudo é especialmente relevante devido a um marco importante ocorrido no Brasil: em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu equiparar a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Essa decisão histórica representou um avanço significativo na proteção legal contra a discriminação para a comunidade LGBTQIA+. Analisar a cobertura do mês do orgulho durante e após essa mudança legal permite compreender como essa nova realidade foi refletida na mídia e como o G1 abordou as questões de diversidade e inclusão ao longo desse período.

Portanto, a proposta desse trabalho de conclusão de curso é contribuir para uma reflexão crítica sobre a representação da comunidade LGBTQIA+ no jornalismo on-line e sua influência na formação de atitudes e opiniões sociais. Compreender os mecanismos pelos quais o jornalismo molda essas percepções permitirá a promoção de uma cobertura mais justa e inclusiva, visando uma sociedade mais igualitária e tolerante.

E a **fundamentação teórica** dos capítulos a seguir se baseia em conceitos centrais do jornalismo e da representação midiática, com ênfase na construção de narrativas e seu impacto na sociedade. Assim exposto, esta monografia foi dividida nos seguintes capítulos: A **introdução**, que apresenta os itens norteadores do estudo, como a apresentação do tema, o problema, os objetivos e a justificativa.

O **capítulo 2**, intitulado "O poder do jornalismo na construção de narrativas", examina como o jornalismo constrói narrativas que moldam a percepção pública da realidade social, influenciando diretamente opiniões e atitudes. Este capítulo explora a importância da representação justa da comunidade LGBTQIA+ e como a mídia pode tanto promover justiça social quanto reforçar estereótipos prejudiciais. A análise baseia-se nas contribuições de Flávia Péret, que em *Imprensa Gay no Brasil* oferece uma perspectiva sobre a história das publicações LGBTQIA+ e sua influência no campo midiático nacional. Também são utilizados códigos de ética da *Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo* (Abraji), que orientam práticas jornalísticas responsáveis e inclusivas. Essa fundamentação evidencia como a construção das notícias pelos jornalistas impacta a percepção pública e como os manuais de comunicação desempenham um papel essencial na promoção de práticas respeitadas e inclusivas na cobertura.

O **capítulo 3**, intitulado "A história da representação LGBTQIA+", analisa a trajetória da representatividade da comunidade na mídia, destacando a evolução do termo LGBTQIA+, a construção social do gênero e o impacto do "Lampião da Esquina". A partir das obras de Péret (2012), Hall (2013), Miliauskas e Pinheiro (2024), o capítulo discute o longo processo de invisibilidade e estigmatização enfrentado pela comunidade, que começou a ser desafiado com a publicação de veículos como o "Lampião da Esquina". Além disso, a Teoria Queer e a performatividade de gênero, abordadas por autores como Gonçalves (2015) e Butler (2005), são utilizadas para refletir sobre como a linguagem e o poder moldam as identidades e as representações sociais ao longo do tempo.

O **capítulo 4**, intitulado "Jornalismo digital e o portal G1", explora o impacto da transformação digital no jornalismo, com foco no portal G1. A partir das obras de Deuze (2007), Anderson, Bell e Shirky (2012), e Wardle & Derakhshan (2017), o capítulo discute as características do jornalismo digital, como a velocidade, interatividade e integração multimídia. Analisa a adaptação do G1 a essas mudanças, destacando sua capacidade de atualizar notícias em tempo real e seu compromisso com a verificação de fatos, abordando também os desafios enfrentados em relação à precisão da informação e à desinformação. A análise do enquadramento noticioso digital, conforme Araújo (2016) e Maia e Vimieiro (2011), reflete como o G1 molda a percepção pública da comunidade LGBTQIA+, especialmente durante o mês do orgulho.

O **capítulo 5**, intitulado "Metodologia", descreve os procedimentos adotados para investigar a representação da comunidade LGBTQIA+ nas coberturas jornalísticas do G1 durante o Mês do Orgulho, entre 2019 e 2024. A pesquisa utiliza uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para analisar as narrativas e identificar padrões nas matérias. A análise qualitativa foca na interpretação das representações simbólicas e sociais, enquanto a abordagem quantitativa examina a frequência de termos e categorias nas notícias. O enquadramento noticioso é utilizado para entender como os jornalistas do G1 moldam a percepção pública da comunidade LGBTQIA+. A pesquisa mapeou 460 matérias, que foram organizadas em seis temas principais: "Cultura", "Eventos LGBTQIA+", "Histórias de Vida", "LGBTfobia", "Mercado de Trabalho" e "Representatividade e Direitos", para analisar como a comunidade é representada ao longo dos anos.

No **capítulo 6**, intitulado "Análise das matérias: mês do orgulho no G1", a análise das matérias do portal G1 sobre o Mês do Orgulho (2019-2024) examinou a cobertura de temas LGBTQIA+, destacando a quantidade e o enquadramento das publicações. Foram identificados seis temas principais, com ênfase em "Eventos LGBTQIA+" e "Representatividade e Direitos". Embora o G1 tenha mostrado avanços, como a escolha mais cuidadosa das fontes, ainda foram encontradas falhas, como a falta de aprofundamento em tópicos importantes. A pesquisa indica que, para uma representação mais justa e inclusiva, a mídia precisa superar limitações e abordar de forma mais profunda as diversas realidades da comunidade LGBTQIA+.

A análise realizada aponta tanto para progressos quanto para desafios persistentes na cobertura do Mês do Orgulho pelo G1. Autores como Hall (2013) ressaltam a importância da mídia em refletir as múltiplas identidades dentro de grupos marginalizados, e é justamente nesse aspecto que se vê a necessidade de um maior cuidado na representação. As falhas identificadas nas matérias mostram que, embora o portal tenha dado passos importantes, ainda é necessário avançar para uma cobertura que vá além da superficialidade e estereótipos. Assim, a análise sugere que a mídia deve continuar refletindo sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, adotando uma abordagem mais inclusiva das diversas vivências da comunidade LGBTQIA+. Para compreender melhor as implicações desse processo e os possíveis caminhos à frente, a leitura das considerações finais se faz essencial.

2 O PODER DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS

Esse capítulo explora como o jornalismo constrói narrativas que moldam a percepção pública sobre a realidade social, influenciando opiniões e atitudes. Analisa a importância do jornalismo na representação justa da comunidade LGBTQIA+, destacando como a mídia pode promover justiça social ou reforçar estereótipos. Discute a construção social das notícias pelos jornalistas e como influenciam a percepção pública. E explora a função dos manuais de comunicação em orientar práticas inclusivas e respeitadas.

Em uma sociedade democrática, o jornalismo é amplamente reconhecido como o quarto poder, desempenhando um papel essencial na manutenção da transparência, na prestação de contas e na promoção do debate público. Como argumenta Silva (2020), sua função social transcende a mera disseminação de informações; o jornalismo atua como mediador entre os acontecimentos do mundo e a percepção pública, construindo narrativas que moldam a compreensão coletiva sobre temas diversos.

Nesse contexto, o ethos profissional do jornalismo, alicerçado na busca pela verdade, imparcialidade e responsabilidade social, é fundamental para a consolidação de uma sociedade informada e justa. Embora muitas vezes seja visto como uma janela para o mundo, o jornalismo, enquanto quarto poder, também desempenha um papel fundamental na construção das realidades sociais que moldam a percepção pública.

As notícias que consumimos diariamente através da televisão, rádio, celulares e jornais são construídas por meio da lente dos repórteres, que, consciente ou inconscientemente, podem reproduzir preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade. Compreender esse processo é crucial para desvelar as opressões enfrentadas por determinados grupos sociais, uma vez que o jornalismo desempenha um papel central na formação de opiniões e no reconhecimento dos privilégios sociais que beneficiam homens brancos, ricos, cisgêneros e heterossexuais (Gonçalves, 2015).

Nesse sentido, o jornalismo não é apenas um veículo de informação, mas um poderoso instrumento de construção e legitimação de discursos, que pode invisibilizar narrativas e identidades minorizadas. Márcia Veiga da Silva (2014) argumenta que o jornalismo exerce uma “função pedagógica cultural”, explicando os modos de ser e de

estar no mundo por meio de discursos que, ao serem transmitidos cotidianamente, ajudam a sociedade a compreender e absorver o ambiente ao seu redor. Essas explicações são fornecidas a partir de um ponto de vista específico, reforçando a ideia de que não existe um jornalismo neutro. Como aponta Silva (2014), o jornalista inevitavelmente adiciona suas opiniões e experiências pessoais em suas produções, influenciando desde a seleção de pautas até a forma como os temas são abordados.

Essa perspectiva é corroborada por Meditsch (1997), que defende que o jornalismo é intrinsecamente ideológico e, portanto, implica em um posicionamento ético e político sobre a realidade, produzindo uma forma de conhecimento que pode tanto reforçar quanto desafiar as normas sociais estabelecidas. A construção de uma prática jornalística que promova a visibilidade e a representação justa dos grupos socialmente marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+, exige um olhar atento e sensível.

Gonçalves (2015) argumenta que, mesmo quando há boas intenções, as narrativas jornalísticas sobre pessoas LGBTQIA+ muitas vezes recaem em comparações entre o “normal” e o “diferente”, reforçando estereótipos ao invés de desafiá-los. Além disso, a Associação Brasileira de Imprensa (2024) afirma que a ética jornalística, fundamentada em princípios como a verdade, imparcialidade, independência e responsabilidade, exige que os profissionais da área atuem com integridade e comprometimento com o bem público. O jornalista não é apenas um transmissor de fatos, mas também um intérprete da realidade, que deve agir com consciência crítica ao selecionar e apresentar as informações. Essa responsabilidade torna-se ainda mais relevante em uma sociedade diversa, onde o respeito aos direitos humanos e a promoção da justiça social são imperativos.

A relação entre jornalismo e democracia é indissociável. Deuze (2007) destaca que, em uma sociedade democrática, o jornalismo tem a função de garantir que diferentes vozes e perspectivas sejam ouvidas, facilitando o diálogo e o entendimento mútuo entre diversos segmentos da população. Essa pluralidade de vozes é essencial para a formação de uma opinião pública informada e crítica, que serve como base para a participação ativa na vida política e social. Ao prestar um serviço à sociedade, o jornalismo atua como vigilante dos poderes instituídos, denunciando abusos e promovendo a transparência.

Ademais, o jornalismo desempenha um papel crucial na promoção e defesa dos direitos humanos. Ao dar visibilidade às questões sociais e denunciar violações

de direitos, o jornalismo contribui para a construção de uma cultura de respeito e dignidade para todos os indivíduos, independentemente de sua origem, gênero, orientação sexual ou qualquer outra característica. Portanto, a prática jornalística, orientada por uma ética comprometida com os direitos humanos, não apenas informa, mas também educa e mobiliza a sociedade para a ação em prol da justiça social (Deuze, 2007, p. 71).

Para que o jornalismo cumpra seu papel de maneira efetiva, é essencial que os profissionais da área estejam cientes das lógicas sociais que sustentam as desigualdades e trabalhem ativamente para construir narrativas que reflitam a diversidade e complexidade das identidades e experiências humanas. Ao dar voz a diferentes públicos e contribuir para a construção de representatividades mais autênticas, o jornalismo pode, de fato, se tornar uma ferramenta poderosa na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

2.1 O papel do jornalismo na representatividade LGBTQIA+

O papel do jornalismo é fundamental para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Como observa Gonçalves (2015), a prática jornalística, ao retratar diferentes grupos sociais de maneira justa e precisa, não apenas informa o público, mas também influencia a opinião pública e molda as relações sociais. Em sociedades democráticas, o jornalismo tem a responsabilidade de garantir que vozes diversas sejam ouvidas, promovendo debates inclusivos e reflexões críticas. No entanto, historicamente, certos grupos sociais foram sub-representados ou mal representados, contribuindo para o reforço de preconceitos e estereótipos. Dessa forma, o jornalista, como agente social e defensor da verdade, desempenha um papel crucial na promoção da justiça social e dos direitos humanos.

Nesse sentido, a construção da notícia e a seleção das pautas são determinantes para a forma como a sociedade percebe e discute determinados temas. A teoria do agendamento, ou agenda-setting, como apontado por Traquina (2004), evidencia que os meios de comunicação não apenas informam, mas também estabelecem a agenda pública, influenciando quais questões são consideradas mais relevantes. As decisões editoriais afetam diretamente quais grupos ganham visibilidade e de que maneira são retratados.

De acordo com Silva (2014), a representatividade vai além da simples inclusão de grupos nas narrativas; é necessário retratá-los de forma justa para que suas vozes sejam ouvidas e suas questões compreendidas pela sociedade. Silva enfatiza que as formas como as identidades são construídas e reconhecidas estão diretamente ligadas às interações sociais e às instituições que participam desse processo. Quando há ausência ou distorção de representatividade, as consequências podem ser graves: grupos ignorados ou negativamente retratados têm suas questões marginalizadas e suas vozes silenciadas. Essa invisibilidade não apenas desvaloriza suas experiências, mas contribui para a perpetuação de desigualdades, reforçando estruturas de poder que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

Meditich (1997) afirma que, ao moldar percepções, o jornalismo influencia como a sociedade enxerga diferentes grupos sociais. A persistência de estereótipos, como a representação de pessoas LGBTQIA+ como excêntricas ou marginais, colabora para sua marginalização e discriminação. Essa visão distorcida compromete a qualidade do jornalismo e agrava as desigualdades. O autor também argumenta que o jornalismo se insere em uma visão ideológica, envolvendo um posicionamento ético e político.

Nesse sentido, a construção das narrativas jornalísticas contemporâneas, mesmo quando bem-intencionadas, muitas vezes reforça normas sociais heteronormativas e cisnormativas, contrastando os corpos LGBTQIA+ com a ideia de "normalidade". Gonçalves (2015) destaca que, embora haja esforços para desconstruir a lógica do distanciamento e da imparcialidade no jornalismo, as reportagens sobre a comunidade LGBTQIA+ frequentemente carregam, nas entrelinhas, a ideia de que os corpos heterossexuais e cisgêneros são os detentores da 'normalidade'.

Dessa forma, o desafio da construção de uma sociedade solidária implica mais do que uma prática jornalística de visibilidade, representação e informação dos dilemas enfrentados pelos grupos sociais historicamente postos como fragilizados e vulneráveis. Apesar da desconstrução da lógica positivista do distanciamento, da neutralidade e imparcialidade no jornalismo, as narrativas da contemporaneidade, mesmo aquelas com boas intenções em reportagens, notícias e demais textos jornalísticos sobre as pessoas LGBT, costumam adotar nas entrelinhas um enunciado sobre os corpos detentores da 'normalidade', sendo estes os corpos heterossexuais e cisgêneros. Isto é, o posicionamento social das pessoas LGBT só é realizado por meio de um contraste com a 'naturalidade', com a 'ordem' e com 'maioria' heterossexual e cisgênera. (Gonçalves, 2015, p. 4-5)

Para reverter esse cenário, é necessário que os jornalistas adotem uma postura proativa e consciente na escolha das fontes e na construção de suas narrativas. Traquina (2004) defende que a diversidade de vozes nas redações e a inclusão de múltiplas perspectivas são cruciais para evitar a perpetuação de estereótipos e garantir uma cobertura equilibrada. Silva (2014) complementa que narrativas diversificadas enriquecem o debate público e promovem empatia, incentivando uma visão mais inclusiva da sociedade. Além disso, essas narrativas podem inspirar e empoderar grupos sub-representados, ajudando-os a reconhecer seu valor e potencial na sociedade.

Assim, o papel do jornalismo é mais do que uma simples transmissão de informações; ele desempenha um papel central na construção das realidades sociais, moldando a forma como enxergamos o mundo ao nosso redor. De acordo com Stuart Hall (2013), a mídia e o jornalismo operam como "produtores de sentido", influenciando a maneira como diferentes grupos são percebidos através do processo de codificação e decodificação das mensagens. Ao selecionar quais histórias contar e como contá-las, os jornalistas têm o poder de influenciar a percepção pública sobre diferentes grupos e indivíduos, seja reforçando estereótipos ou promovendo uma maior compreensão e inclusão.

Nesse contexto, compreender a maneira como determinados grupos foram historicamente retratados pelos meios de comunicação nos permite refletir sobre os avanços e os desafios ainda existentes na busca por uma representação mais justa e diversa. Como observa Traquina (2004), ao estabelecer a agenda pública, o jornalismo também define quais grupos ganham visibilidade e de que maneira são retratados. Analisar essas narrativas ao longo do tempo revela não apenas as mudanças sociais, mas também os impactos profundos que o jornalismo tem sobre a percepção de identidades e lutas sociais.

2.2 A notícia como construção social da realidade

Segundo Traquina (2004), o conceito de notícia não se limita a apenas relatar fatos; trata-se de uma construção social, na qual jornalistas e veículos de comunicação desempenham papéis essenciais na produção de sentidos e no modo como as pessoas percebem o mundo ao seu redor. Essa construção não é neutra. Ela envolve escolhas sobre quais eventos serão destacados, como serão

apresentados e de que forma impactam a percepção pública. Traquina discute como o jornalismo é uma prática social que não apenas reporta, mas também constrói a realidade. Segundo ele, os jornalistas fazem seleções e enquadramentos que influenciam a percepção pública e moldam a agenda pública.

A construção social da realidade no jornalismo tem raízes profundas. Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1966) foram pioneiros ao desenvolverem a teoria da construção social da realidade, que afirma que o conhecimento e a percepção da realidade são construídos socialmente através de processos de comunicação. No campo do jornalismo, essa ideia foi expandida por pesquisadores que analisaram como as notícias moldam a realidade social.

No contexto das Teorias do Jornalismo, a teoria Agenda Setting ou teoria do Agendamento oferece uma importante perspectiva sobre essa questão. Conforme McCombs e Shaw (1972), os meios de comunicação não dizem necessariamente ao público o que pensar, mas influenciam de maneira significativa sobre o que pensar. A ideia central dessa teoria é que os veículos de comunicação priorizam certos temas, promovendo-os e, assim, moldando a agenda pública. Ou seja, ao decidirem quais acontecimentos ganham visibilidade, os jornalistas e editores estabelecem uma hierarquia de relevância para os leitores, espectadores ou ouvintes, definindo, de certo modo, o que é importante para a sociedade.

Por outro lado, em outra Teoria do Jornalismo, o processo de Newsmaking, segundo estudiosos como Traquina (2001), revela que o jornalismo não consiste apenas na seleção e organização de fatos objetivos, mas sim em um processo dinâmico que envolve decisões editoriais, critérios de noticiabilidade e os valores do jornalista e da sociedade em questão. Ao escolher o que é notícia, os profissionais acabam por construir uma versão específica da realidade, refletindo interesses políticos, culturais e econômicos.

De acordo com Wolf (1999), a perspectiva construcionista da teoria do Newsmaking reforça a noção de que a notícia não é uma mera janela para a realidade, mas uma produtora de sentidos. Nesse sentido, a notícia se torna um instrumento que ajuda a formar compreensões, comportamentos e até mesmo crenças sociais. Jornalistas, ao narrarem os fatos, acabam por organizar as informações de maneira que determinadas interpretações do mundo sejam privilegiadas, enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas.

Nesse processo, é crucial considerar o papel dos definidores primários, conceito que se refere às fontes de poder (como governos, grandes corporações e instituições influentes) que determinam quais temas chegam à mídia e como serão abordados. Segundo Hall (2013), essas elites fornecem as informações "cruas" que os jornalistas utilizam, influenciando diretamente as narrativas que serão construídas. Isso coloca essas fontes como os primeiros filtros do que será considerado notícia, moldando as representações sociais antes mesmo da intervenção editorial.

Além disso, a teoria da Espiral do Silêncio, proposta por Elisabeth Noelle-Neumann (1974), também se relaciona com esse processo de construção da realidade. De acordo com essa teoria, indivíduos tendem a silenciar suas opiniões quando percebem que elas estão em desacordo com a opinião majoritária divulgada pela mídia. Isso cria um ciclo no qual certas vozes e perspectivas, muitas vezes de minorias, são marginalizadas, enquanto outras são amplificadas. Assim, a mídia não apenas constrói sentidos, mas também reforça o silêncio em torno de determinadas questões ou grupos sociais, contribuindo para a manutenção de uma visão de mundo dominante (Noelle-Neumann, 1974).

Para ilustrar essas teorias, podemos observar como a cobertura da pandemia de COVID-19 variou entre diferentes países e veículos de comunicação. Em algumas nações, o foco estava nos números de casos e mortes, enquanto em outras, o destaque foi para as medidas de prevenção e a recuperação econômica. Isso demonstra como a seleção e a ênfase de certas informações moldam a percepção pública e o comportamento social (Miliauskas e Pinheiro, 2024).

A construção das notícias influencia diretamente comportamentos e crenças sociais. Por exemplo, a forma como a mídia retrata questões de violência urbana pode impactar a percepção de segurança da população e até mesmo influenciar políticas públicas. Estudos mostram que a cobertura negativa de certos grupos sociais pode reforçar estereótipos e perpetuar desigualdades. Bourdieu (1997) enfatiza como a mídia desempenha um papel crucial na formação de percepções sociais e na manutenção de hierarquias culturais.

Apesar das contribuições significativas, a teoria da construção social da realidade enfrenta críticas. Alguns argumentam que ela subestima a capacidade do público de interpretar e questionar as informações que recebem. Além disso, o avanço das redes sociais e a ascensão das fake news desafiam os pressupostos tradicionais sobre o controle da mídia e a formação da agenda pública.

Pensar na notícia como uma construção social é entender que ela é tanto produto quanto produtora de realidades sociais, políticas e culturais. Ela não é neutra, mas reflexo de um processo ativo de criação de sentido, onde as escolhas jornalísticas influenciam diretamente a maneira como os cidadãos compreendem e interagem com o mundo. Nesse contexto, a adoção de manuais de comunicação se torna essencial, pois esses documentos orientam os profissionais de mídia a refletirem sobre suas práticas e a considerar as implicações sociais de suas narrativas. No futuro, é fundamental que o jornalismo se adapte às novas tecnologias e continue a desempenhar seu papel crítico na sociedade.

2.3 Manuais de comunicação

De acordo com Silva (2005), os manuais de comunicação são ferramentas indispensáveis que orientam jornalistas e comunicadores na produção de conteúdo que respeite a diversidade e promova a inclusão. Esses guias fornecem diretrizes sobre terminologia adequada, abordagens sensíveis e práticas recomendadas para evitar a perpetuação de estereótipos e preconceitos. O autor ainda ressalta que, no contexto do jornalismo digital, onde a velocidade e a interatividade são características marcantes, a adoção de manuais de comunicação torna-se ainda mais crucial para garantir uma cobertura justa e precisa.

Os manuais são elaborados por organizações, instituições acadêmicas e grupos de defesa de direitos e abrangem uma variedade de temas, desde a terminologia correta até a forma de tratar questões sensíveis de maneira respeitosa e informada. Frequentemente atualizados para refletir mudanças sociais e culturais, esses manuais asseguram que as práticas jornalísticas estejam alinhadas com os princípios de respeito e inclusão (Hamburger, 2004).

A importância da comunicação inclusiva e da ética no jornalismo é amplamente discutida por Traquina (2004), que enfatiza a necessidade de uma prática jornalística que promova a diversidade. A ética no jornalismo é fundamental para manter a credibilidade e a confiança do público, essenciais para a construção de uma mídia que não apenas informa, mas também educa e promove a cidadania. Portanto, a responsabilidade dos jornalistas é dupla: informar e educar, evitando a reprodução de preconceitos e estigmas sociais.

Os manuais de comunicação funcionam como guias de referência que os jornalistas podem consultar durante o processo de produção de notícias, ajudando a evitar erros comuns e garantindo que a cobertura seja justa e precisa (Silva, 2005). Além disso, esses manuais promovem a conscientização sobre a importância de uma linguagem inclusiva e de uma abordagem sensível, contribuindo para a construção de uma mídia mais responsável e ética (Hamburger, 2004).

Para utilizar os manuais de comunicação de maneira eficaz, é fundamental que os jornalistas os consultem regularmente durante a produção de notícias e participem de workshops e treinamentos oferecidos por organizações que os elaboram (Reis, 2021). A aplicação das diretrizes fornecidas deve ocorrer em todas as etapas da produção jornalística, desde a escolha de pautas até a redação e edição das matérias.

A aplicação prática dos manuais de comunicação pode ser observada em exemplos como o Manual de Comunicação LGBTI+³, integrante da série de 25 guias da *Enciclopédia LGBTI+*. Dividido em duas seções, o manual abrange tanto conceituações e informações essenciais sobre questões LGBTI+ quanto orientações específicas para a cobertura midiática, oferecendo diretrizes detalhadas sobre terminologia, sensibilidade na abordagem e formas de evitar a reprodução de preconceitos. Esse guia específico visa fortalecer uma cobertura que respeite e represente a diversidade da comunidade LGBTQIA+ de maneira justa e informada, alinhando-se diretamente com a proposta deste estudo sobre a importância de uma mídia que promova a representatividade.

Figura 1 - Trecho do *Manual de Comunicação LGBTI+*

Jornalistas e estudantes de Jornalismo diariamente se deparam com a temática LGBTI+ em suas pautas. Pensando nisso, o Manual de Comunicação LGBTI+ faz algumas considerações sobre o tema voltadas aos/as comunicadores/as.

Fonte: www.aliancagbti.org.br

³ Disponível em: <https://www.aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

O Glossário sobre Gênero e Sexualidade⁴, desenvolvido por estudantes da UNESP em 2024, também visa combater preconceitos e promover a compreensão sobre a diversidade, oferecendo definições claras e acessíveis de termos relacionados a essas questões.

E em ambientes digitais, o Manual de Redação do Jornalismo Online⁵ é um recurso essencial que orienta jornalistas na criação de conteúdos ágeis, interativos e alinhados com as diretrizes de inclusão e respeito à diversidade. Esse manual, assim como outros guias, traz recomendações sobre linguagem apropriada e sensível para a cobertura de temas sociais e culturais. Ele oferece diretrizes para evitar estereótipos e para a redação de conteúdo que promova uma representação justa e precisa de diferentes grupos sociais, incluindo a comunidade LGBTQIA+.

Segundo Silva (2005), a adoção desses manuais de comunicação é fundamental para o jornalismo digital, pois fornece uma base sólida para a produção de conteúdo que respeite a diversidade e promova a inclusão. Hamburger (2004) argumenta que esses guias ajudam a evitar a perpetuação de estereótipos e preconceitos, garantindo que a cobertura jornalística seja justa e precisa.

Entretanto, de acordo com o autor, a implementação dessas diretrizes não está isenta de desafios. Jornalistas frequentemente enfrentam pressões por prazos curtos e a necessidade de produzir conteúdo rapidamente, o que pode dificultar a consulta e aplicação das diretrizes dos manuais. A falta de treinamento adequado é outro obstáculo significativo. É essencial que as redações invistam em capacitação contínua para seus profissionais, garantindo que todos estejam familiarizados com as melhores práticas de comunicação inclusiva (Silva, 2005).

Além disso, a atualização contínua dos manuais é crucial. Mudanças sociais e culturais exigem que as diretrizes sejam revisadas regularmente para permanecerem relevantes e eficazes. A evolução das normas sociais, a emergência de novas terminologias e a crescente conscientização sobre questões de diversidade e inclusão são fatores que impulsionam essa necessidade (Hamburger, 2004). Manter os manuais atualizados garante que os jornalistas estejam sempre equipados com as informações mais recentes e apropriadas para uma cobertura justa e precisa.

⁴ Disponível em: <https://diversidadenatela.com.br/wp-content/uploads/2024/08/Manual-de-Genero-e-Sexualidade-Manual-de-Genero-e-Sexualidade-ISBN-1.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2024.

⁵ Disponível em: [estudos1.pdf](#). Acesso em: 26 de outubro de 2024.

Conectando com o capítulo anterior sobre a notícia como construção social da realidade, os manuais de comunicação se inserem nesse contexto ao fornecer as ferramentas necessárias para que os jornalistas construam narrativas que reflitam a diversidade e promovam a inclusão. Ao seguir as diretrizes desses manuais, os jornalistas contribuem para a construção de uma realidade social mais justa e equitativa, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas.

Portanto, a adoção e a implementação eficaz dos manuais de comunicação são essenciais não apenas para o fortalecimento do jornalismo ético, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

3 A HISTÓRIA DA REPRESENTAÇÃO LGBTQIA+

Esse capítulo analisa a trajetória da representatividade LGBTQIA+ na mídia, destacando a evolução da comunidade no jornalismo e o longo processo de invisibilidade e estigmatização. Aborda a evolução do termo LGBTQIA+, a construção social de gênero e o impacto do *Lampião da Esquina*. Também discute a Teoria Queer e a performatividade, destacando como a linguagem e o poder moldam identidades.

A representatividade LGBTQIA+ na mídia passou por um longo processo de invisibilidade e estigmatização. No início do século XX, tanto a mídia brasileira quanto a internacional evitavam abordar temas de diversidade sexual e de gênero, ou os retratavam de forma caricatural e marginalizada. Personagens LGBTQIA+ eram frequentemente estereotipados, perpetuando preconceitos e excluindo essa população (Péret, 2012).

O termo LGBTQIA+ reflete um esforço inclusivo para englobar diversas orientações sexuais e identidades de gênero: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais. A adição do símbolo “+” visa representar outras identidades que não estão explicitamente na sigla, reconhecendo a pluralidade das experiências sexuais e de gênero. Com o tempo, o acrônimo evoluiu, partindo de “GL” — que inicialmente englobava apenas gays e lésbicas — para incluir outras identidades, acompanhando o avanço na compreensão e aceitação dessas experiências (Miliauskas; Pinheiro, 2024).

Gênero, por sua vez, abrange os papéis, comportamentos, atividades e atributos que uma sociedade atribui a homens, mulheres e pessoas não-binárias. Esses aspectos não são determinados apenas pela biologia, mas também por influências sociais e culturais. Compreender o conceito de gênero é essencial para reconhecer as diversas formas de expressão e identidade presentes dentro da comunidade LGBTQIA+. Isso implica reconhecer que as normas e expectativas de gênero variam entre diferentes culturas e períodos históricos. A análise dessas variações ajuda a entender como as identidades de gênero são construídas e como elas podem ser desafiadas e transformadas ao longo do tempo (Miliauskas; Pinheiro, 2024).

Até a década de 1960, a comunidade LGBTQIA+ era invisível na mídia ou associada a comportamentos negativos, principalmente nos Estados Unidos e na

Europa. A representação limitava-se a estereótipos que vinculavam pessoas LGBTQIA+ à criminalidade e à doença mental. O livro *The Celluloid Closet*⁶, de Vito Russo, explora como Hollywood retratou essas pessoas com características estigmatizantes.

No cenário internacional, os direitos LGBTQIA+ ganharam visibilidade com a Revolta de Stonewall, em 1969, que marcou um ponto de virada global para a luta por direitos. Esse evento levou a uma cobertura gradual, mas significativa, nos meios de comunicação, permitindo que a luta por visibilidade se fortalecesse e abrisse espaços para discussões (Marcus, 2002).

No Brasil, essa invisibilidade começou a ser desafiada a partir dos anos 1960, quando publicações voltadas à comunidade LGBTQIA+ começaram a surgir, ainda que de forma limitada. Péret (2012) reconstruiu a trajetória de quase meio século de imprensa homossexual no país, destacando que foi nesse período que revistas abertamente homossexuais começaram a ser produzidas e distribuídas. Contudo, foi somente em 1978, com o lançamento do *Lampião da Esquina*, que a comunidade LGBTQIA+ encontrou um espaço mais amplo para discutir suas vivências e lutar por direitos em um contexto de repressão social e política.

O *Lampião da Esquina*, fundado por Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan, foi o primeiro jornal gay de circulação nacional e teve um papel crucial na visibilidade da comunidade LGBTQIA+ durante a Ditadura Militar. Em meio à censura e à repressão, o *Lampião* não apenas discutiu questões de gênero e sexualidade, mas também conectou essas discussões a outros movimentos sociais, como o movimento negro e o feminista, promovendo um debate político mais amplo sobre os direitos humanos no Brasil. Como aponta Hall (2013), a colaboração entre diferentes movimentos sociais no Brasil tem sido essencial para o avanço dos direitos civis, especialmente na promoção da igualdade e inclusão.

À medida que as lutas pelos direitos civis avançam no Brasil, grupos minoritários como o movimento negro e o movimento feminista têm desempenhado papéis cruciais na ampliação da conscientização e na promoção da igualdade. Esses movimentos têm convergido e se entrelaçado com a comunidade LGBTQIA+, compartilhando objetivos comuns de justiça social e inclusão. (Hall, 2013, p. 223)

⁶ Disponível em: https://openlibrary.org/works/OL5280134W/The_Celluloid_Closet?edition=. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

O jornal abordava temas como a repressão policial, a violência, a discriminação no mercado de trabalho e a invisibilidade da comunidade LGBTQIA+, oferecendo uma perspectiva crítica em um momento histórico extremamente conservador. Péret (2012) ressalta a importância do *Lampião da Esquina*, apontando que ele foi um espaço de resistência, permitindo que a comunidade LGBTQIA+ expressasse sua identidade e desafiasse os estigmas impostos pela sociedade e pela grande mídia. A circulação nacional do jornal possibilitou que indivíduos LGBTQIA+ de diferentes regiões do país tivessem acesso a informações que, até então, eram suprimidas. O *Lampião* foi pioneiro ao oferecer uma plataforma para que essa comunidade pudesse articular suas demandas políticas e sociais de forma pública e organizada.

Figura 2 - Capa do jornal *Lampião da Esquina*, 1981



Fonte: www.tropicuir.org.br

Com o fim do *Lampião da Esquina* em 1981, a mídia brasileira passou a cobrir a comunidade LGBTQIA+ de maneira sensacionalista, principalmente durante a crise do HIV/AIDS. A epidemia foi amplamente associada aos homossexuais, perpetuando

preconceitos e marginalizando ainda mais essa população. Contudo, esse período também viu o surgimento de organizações como o Grupo Gay da Bahia e o SOMOS, que pressionavam por representações mais justas e políticas públicas de saúde (Facchini, 2005).

Nas décadas de 1990 e 2000, a mídia brasileira começou a incluir personagens LGBTQIA+ em novelas e filmes. No entanto, esses papéis eram frequentemente limitados a estereótipos, como o “gay afeminado”, o que mantinha a comunidade em uma posição subalterna. Gross (2001) aponta que essa representação limitada reforçava o preconceito, distanciando a realidade LGBTQIA+ de uma representação autêntica e diversificada.

Com a internet e as redes sociais, a comunidade LGBTQIA+ ganhou um espaço para criar e disseminar suas próprias narrativas, contestando representações inadequadas e desatualizadas. Hoje, as produções televisivas e cinematográficas vêm apresentando personagens LGBTQIA+ com mais profundidade, embora a diversidade total ainda seja um desafio.

A mídia contemporânea, especialmente o jornalismo, ainda falha em refletir toda a complexidade das vivências LGBTQIA+, incluindo pessoas trans, não-binárias e de diversas origens socioeconômicas. A luta por um jornal mais inclusivo e plural continua, e o legado do Lampião da Esquina permanece como um marco importante nessa trajetória de resistência e visibilidade. À medida que novas discussões emergem, especialmente em torno das identidades queer e a performatividade de gênero, abre-se espaço para reflexões mais amplas sobre as formas de representação e reconhecimento dessas vivências, que desafiam normas sociais e midiáticas tradicionais.

3.1 Performatividade e identidade queer

Nos anos 1980, estudiosos e ativistas começaram a desenvolver a Teoria Queer, que desafia os conceitos heteronormativos tradicionalmente associados ao gênero, à sexualidade e ao desejo. Como aponta Gonçalves (2015), essa teoria busca desconstruir as noções pré-estabelecidas e ampliar a discussão sobre os limites impostos pelas políticas de identidade. A identidade, nesse contexto, é entendida como uma construção social e cultural que vai além das categorias binárias de gênero.

A identidade é um conceito multifacetado e dinâmico, que envolve a auto-percepção e a forma como uma pessoa é reconhecida pela sociedade. Ela é influenciada por fatores sociais, culturais, históricos e individuais. A formação da identidade é um processo contínuo, que pode mudar ao longo da vida de um indivíduo conforme ele adquire novas experiências e conhecimentos. Dentro da perspectiva queer, a identidade não é fixa, mas fluidamente construída através das interações e discursos sociais.

O termo "queer" começou como um insulto na língua inglesa, sendo utilizado de forma pejorativa para se referir a pessoas que não se encaixavam nas normas heterossexuais. No entanto, a partir da década de 1980, o termo foi ressignificado por ativistas LGBTQIA+, especialmente em resposta à crise do HIV/AIDS, que atingiu duramente a comunidade. A reapropriação do termo "queer" simbolizou um ato de resistência e empoderamento, transformando um insulto em uma identidade política e inclusiva (Jagose, 1996).

Judith Butler (2005) foi uma das principais teóricas a introduzir o conceito de performatividade. Ela observa que o gênero pode ser entendido como uma estrutura onde o órgão genital acaba determinando comportamentos sociais e características que as pessoas devem adotar. Para a autora, essas ações são repetidas de maneira contínua, reforçando os papéis de gênero considerados naturais ou essencialistas. Nesse sentido, a sociedade estabelece normas sobre como os indivíduos devem se comportar com base na percepção desses corpos. Como Butler (2005) explica, a performatividade não é um ato isolado, mas uma prática reiterativa que, por meio do discurso, cria as realidades que nomeia. Dessa forma, o discurso atua como o principal meio pelo qual se moldam condutas sociais, criando narrativas sobre os corpos e as identidades, e naturalizando diferenças identitárias. Aqueles que não se enquadram nesses padrões são considerados queer.

Ao questionar as concepções de gênero e sexualidade, torna-se claro que as divisões binárias impostas aos corpos são fruto de construções culturais de longa data. A atribuição de gêneros com base em características biológicas foi se naturalizando com o tempo, tornando-se uma "verdade" inquestionável. Louro (2002) argumenta que o nascimento de um corpo macho ou fêmea não determina automaticamente sua transformação em masculino ou feminino. Ela enfatiza que a construção de gênero é um processo contínuo que ocorre ao longo de toda a vida, mediado por instituições e contextos sociais.

Essas relações de poder não apenas moldam comportamentos, mas também definem quais identidades são dignas de reconhecimento e quais são marginalizadas. Ignorar certos corpos e identidades, segundo Louro, pode ser entendido como uma escolha consciente de apagamento, onde determinados indivíduos são considerados impensáveis e, por isso, excluídos (Louro, 2002). Essa invisibilização reflete padrões de poder baseados em identidades brancas, cisgêneras, heterossexuais e de classe alta. Ao continuar reforçando essas normas, a sociedade perpetua a marginalização daqueles que fogem ao "normal", restringindo suas possibilidades de existência dentro dos limites aceitos. Gomes (2021) ressalta que os corpos são moldados conforme um modelo naturalizado, cuja coerência é sustentada por uma distinção binária (Gomes, 2021).

Para Butler (2005), essas práticas de regulação dos corpos são evidências de um poder produtivo, que demarca e diferencia os corpos que controla. Diferenciar corpos e identidades é uma estratégia de controle, permitindo aos que estão no poder definir o que é "certo" e "errado". Essa regulação não só controla comportamentos, mas também estabelece até onde esses corpos podem ir, limitando suas expressões. Gomes (2021) acrescenta que as instituições definem os limites e os espaços em que essas normas são válidas.

Embora a comunidade LGBTQIA+ seja um grupo externo à normatividade, os padrões heteronormativos ainda se infiltram em suas vivências. No documentário *Paris is Burning*⁷, Butler observa que, mesmo em espaços de liberdade, como a cena drag queen dos anos 1990, há uma tendência de replicar comportamentos associados à heteronormatividade (Butler, 2005). Isso ilustra o quanto a sexualidade está entrelaçada com as estruturas de poder, onde até grupos marginalizados buscam, de alguma forma, imitar padrões considerados legítimos.

Por fim, a sexualidade não pode ser desvinculada das relações de poder. Butler argumenta que a sexualidade é moldada pela linguagem e pelo poder, e a performatividade surge como uma consequência dessas dinâmicas sociais. A linguagem desempenha um papel central na construção e manutenção dessas

⁷ É um documentário dirigido por Jennie Livingston. O filme oferece uma visão íntima da cultura das casas de moda e dos desfiles de moda na cidade de Nova York nos anos 1980, focando nas vidas de indivíduos LGBTQ+, especialmente drag queens e mulheres trans negras e latinas. O documentário explora como essas pessoas encontram comunidade e expressão através dos desfiles, enquanto enfrentam desafios como homofobia, racismo, AIDS e pobreza. Disponível em: [Paris Is Burning \(1990\)](#). Acesso em: 10 de outubro de 2024.

normas, com o jornalismo, por exemplo, atuando como uma das instituições que ajuda a reforçar esses padrões por meio da produção de discursos e opiniões.

4 JORNALISMO DIGITAL E O PORTAL G1

Esse capítulo explora o impacto do jornalismo digital, destacando a transformação na produção e consumo de notícias e o papel do G1. Analisa como o G1 exemplifica essas características enquanto enfrenta desafios como a precisão da informação e o combate à desinformação. E aborda o enquadramento noticioso na era digital, analisando como a interatividade e a busca por engajamento influenciam a percepção pública e a representação de grupos minoritários.

O surgimento do jornalismo digital transformou profundamente a prática jornalística, adaptando-se ao ambiente dinâmico e interativo da internet. Com a expansão da web e o avanço das tecnologias digitais, a produção, distribuição e o consumo de notícias mudaram drasticamente. As características mais marcantes do jornalismo digital incluem a velocidade de publicação, a capacidade de atualização constante e a integração de diferentes mídias. Essa nova forma de jornalismo permite acesso instantâneo à informação e a participação ativa do público, colocando os leitores não apenas como consumidores de conteúdo, mas também como agentes de interação e compartilhamento.

De acordo com Deuze (2007), o jornalismo digital se distingue pela convergência de plataformas, onde texto, áudio, vídeo e infográficos se unem para criar narrativas mais ricas e interativas. Essa multiplicidade de formatos amplia as possibilidades de contar histórias, utilizando uma variedade de recursos multimídia para tornar a informação mais acessível e envolvente. Essa transformação também reflete a mudança no comportamento dos consumidores de notícias, que passaram a esperar rapidez e atualização em tempo real, levando as redações a adotarem novas rotinas produtivas.

Outro fator importante é o ritmo acelerado da produção de conteúdo. A necessidade de reportar eventos quase instantaneamente requer um ciclo contínuo de apuração, publicação e atualização. Essa agilidade, no entanto, pode comprometer a qualidade da informação, uma vez que a verificação de fatos precisa ser rápida, mas precisa. Segundo Anderson, Bell e Shirky (2012), o desafio do jornalismo digital é equilibrar rapidez com precisão, garantindo que a busca por cliques e visualizações não prejudique a ética jornalística.

Além disso, a ascensão das mídias sociais e plataformas de compartilhamento impacta significativamente os portais de notícias tradicionais em termos de competição por anúncios e atenção do público. Isso reforça a discussão sobre a migração de leitores para outras plataformas (Pavlik, 2001).

A participação dos leitores é um traço definidor do jornalismo digital. Plataformas online oferecem oportunidades de interação direta, como comentários em matérias e compartilhamentos em redes sociais. Jenkins (2009) sugere que essa interação redefine o papel do leitor, transformando-o em um “co-criador” do conteúdo, ao mesmo tempo em que altera as dinâmicas de poder na produção jornalística. Ao possibilitar que o público tenha voz ativa no debate público, o jornalismo digital também cria novos desafios relacionados à moderação de conteúdo e ao controle da desinformação.

Nesse contexto, portais de notícias tornaram-se o principal meio de acesso à informação, destacando-se o G1⁸. Fundado em 2006, o G1 é o portal de notícias da Globo e se destaca pela cobertura multimídia e em tempo real de eventos nacionais e internacionais. Ele ilustra como o jornalismo digital pode se adaptar às demandas contemporâneas, enfrentando os desafios típicos desse meio.

Uma das características mais marcantes do G1 é sua capacidade de produzir conteúdo diversificado e atualizado, uma prática essencial no jornalismo digital. De acordo com Anderson, Bell e Shirky (2012), a dinâmica digital exige velocidade e precisão, características que o G1 busca integrar ao utilizar recursos multimídia como texto, vídeos, fotografias e gráficos, proporcionando uma experiência interativa ao usuário e ampliando a acessibilidade das informações. Além disso, o portal permite a participação ativa do público por meio de comentários e compartilhamentos, prática destacada por Jenkins (2009) como crucial para o jornalismo digital, onde a audiência se transforma em “co-criadora” e influencia diretamente o fluxo de notícias.

Outro ponto forte do G1 é seu compromisso com a atualização em tempo real, o que corresponde à demanda dos consumidores modernos de notícias por informações rápidas e acessíveis (Deuze, 2007). Com uma equipe dedicada a ciclos contínuos de apuração e publicação, o portal se posiciona para cobrir eventos à medida que ocorrem, o que é um requisito do público digital. Essa rapidez, no entanto,

⁸ Disponível em: [g1 - O portal de notícias da Globo](#).

desafia a precisão e a qualidade editorial, pois a pressão por cliques e visualizações muitas vezes compete com a necessidade de verificação rigorosa dos fatos (Wardle & Derakhshan, 2017). Em resposta a esses desafios, o G1 adota iniciativas como o “Fato ou Fake”, uma seção de fact-checking que busca combater a desinformação, uma ameaça crescente no ambiente digital, principalmente em tempos de rápida disseminação em redes sociais.

Desafios éticos no combate à desinformação também são uma questão importante. A necessidade de precisão e combate à desinformação exige que o G1 e o jornalismo digital em geral sejam responsáveis pela integridade da informação em um ambiente onde a desinformação é um problema crescente (Wardle & Derakhshan, 2017).

Além disso, o jornalismo digital oferece oportunidades únicas para o engajamento cívico, graças à sua interatividade e velocidade. Manter a confiança do público é essencial para que essa forma de jornalismo continue relevante e eficaz na promoção da participação democrática (Deuze, 2007).

O G1 demonstra uma tendência relevante do jornalismo digital: a experimentação contínua com novas tecnologias. O uso de infográficos interativos, vídeos 360° e matérias baseadas em grandes bancos de dados representam formas de explorar as potencialidades da narrativa digital, oferecendo uma experiência mais imersiva e visual para o leitor. Conforme aponta Deuze (2007), o jornalismo digital se caracteriza pela convergência de diferentes formatos de mídia, permitindo um consumo de notícias mais diversificado e acessível. Segundo Pavlik (2001), essas tecnologias ampliam o engajamento do público ao possibilitar que o conteúdo seja consumido de forma interativa e visualmente rica, o que reforça o papel do jornalismo em uma era altamente conectada.

Estudos indicam que a adoção de recursos multimídia, como infográficos e vídeos interativos, fortalece a compreensão da informação e ajuda a engajar uma audiência acostumada com estímulos visuais rápidos e intensos (Deuze, 2007). A combinação de textos com gráficos, vídeos e outros recursos digitais permite ao G1 e outros portais manter a atenção dos usuários por mais tempo e explorar temas complexos de maneira acessível e interessante.

Por fim, a sustentabilidade financeira do jornalismo digital é uma preocupação constante. A maioria dos portais de notícias, incluindo o G1, ainda depende em grande parte da receita publicitária para se manter. No entanto, com o declínio das receitas

de publicidade tradicional e a migração de leitores para plataformas online, muitos veículos estão buscando novas formas de monetização, como assinaturas digitais e paywalls (Pavlik, 2001). Embora o G1, parte do Grupo Globo, conte com um modelo consolidado, a sustentabilidade a longo prazo é um desafio que o jornalismo digital enfrenta como um todo (Anderson, Bell e Shirky, 2012).

Em suma, o jornalismo digital, com sua velocidade, interatividade e integração multimídia, mudou profundamente a maneira como as notícias são produzidas e consumidas. O G1 exemplifica muitos desses aspectos, destacando-se como um dos principais portais de notícias no Brasil (Deuze, 2007). Contudo, ele também enfrenta os desafios inerentes a esse meio, como a necessidade de garantir a precisão das informações em um ambiente acelerado e a luta contra a desinformação (Wardle & Derakhshan, 2017). Para o futuro, a capacidade de equilibrar inovação tecnológica com a manutenção de princípios éticos será fundamental para que o jornalismo digital continue desempenhando seu papel essencial em uma sociedade democrática (Deuze, 2007).

4.1 O enquadramento noticioso na era digital

O enquadramento noticioso, ou *framing*, refere-se ao modo como os veículos de comunicação selecionam e enfatizam certos aspectos da realidade, influenciando a interpretação dos acontecimentos pelo público. Essa técnica não é nova, mas na era digital, ela adquire novas dimensões. O enquadramento se torna mais complexo com a interatividade e a multimodalidade que caracterizam o jornalismo digital. Segundo Araújo (2016), a análise de enquadramento é essencial para entender como a comunicação molda a percepção pública, refletindo não apenas a realidade, mas também as decisões editoriais sobre o que é relevante.

Na era digital, as decisões sobre enquadramento são frequentemente influenciadas por métricas de engajamento e comportamento do público, que são analisadas em tempo real. Os jornalistas agora precisam considerar não apenas a relevância da informação, mas também como ela será recebida e compartilhada nas plataformas digitais. Araújo (2016) argumenta que o enquadramento digital integra uma nova dinâmica, onde o conteúdo é produzido não apenas para informar, mas também para gerar engajamento. Essa pressão por cliques e visualizações pode, em algumas situações, comprometer a qualidade da cobertura.

Recuero (2017) destaca que o enquadramento digital é diferente do tradicional por sua interatividade e multimodalidade. Elementos como títulos chamativos, imagens impactantes e vídeos se tornam essenciais, criando novas camadas de significado que influenciam diretamente a percepção do público. Esse fenômeno é particularmente relevante em grandes portais de notícias como o G1, que utilizam algoritmos para promover conteúdos com maior potencial de engajamento. Isso levanta a questão de se a busca por audiência acaba por comprometer a qualidade e a profundidade das análises.

Um ponto crítico a ser considerado é como o enquadramento pode amplificar ou minimizar a representação de grupos minoritários. Durante o mês do orgulho LGBTQIA+, o G1 serve como um exemplo importante para analisar como essa comunidade é retratada. Maia e Vimieiro (2011) mostram que as escolhas de enquadramento impactam diretamente a formação da opinião pública. Ao aplicar essa lógica ao G1, podemos questionar como a cobertura do mês do orgulho prioriza certos temas e narrativas, e se o portal evita enquadramentos que possam reforçar estereótipos ou marginalizar a diversidade dentro da comunidade LGBTQIA+.

Gonçalves (2015) aponta que o contexto digital pode ser propenso à amplificação de preconceitos e simplificação de questões complexas, como os direitos LGBTQIA+. No mês do orgulho, o G1 cobre tanto as celebrações e conquistas quanto os episódios de violência e discriminação. A forma como esses eventos são enquadrados influencia a visibilidade e a percepção pública das lutas da comunidade, destacando a necessidade de uma abordagem crítica e sensível.

Além disso, é importante notar que o enquadramento digital pode estar ligado a questões de governança urbana e políticas públicas. Pozobon e Schaefer (2014) argumentam que a maneira como as notícias são enquadradas pode impactar diretamente o debate público e a formação de opinião sobre questões sociais. Isso é particularmente relevante ao analisar a cobertura do mês do orgulho LGBTQIA+ no G1, onde a visibilidade dada a questões de direitos e políticas públicas pode moldar a narrativa em torno da comunidade.

Em suma, o enquadramento noticioso na era digital, especialmente em portais de grande audiência como o G1, envolve uma série de fatores complexos, como o uso de algoritmos, a interatividade das plataformas e a busca constante por engajamento. Ao cobrir eventos como o mês do orgulho LGBTQIA+, o G1 enfrenta o desafio de equilibrar essas pressões com a necessidade de fornecer uma cobertura justa e

inclusiva. As práticas de enquadramento devem ser analisadas criticamente, utilizando tanto teorias internacionais quanto estudos nacionais, como Araújo (2016) e Maia e Vimieiro (2011), para entender o impacto dessas escolhas editoriais na construção de narrativas sobre a comunidade LGBTQIA+.

5 METODOLOGIA

Esse capítulo apresenta a metodologia da pesquisa sobre a representação da comunidade LGBTQIA+ nas coberturas jornalísticas do G1, focando nas matérias publicadas durante o Mês do Orgulho, entre 2019 e 2024. A pesquisa utiliza abordagens qualitativa e quantitativa para compreender os temas abordados e identificar padrões nas representações da comunidade. São descritos os procedimentos de coleta e análise de dados, com ênfase em fontes bibliográficas, documentais e técnicas de enquadramento noticioso. O capítulo também aborda o processo de mapeamento das notícias, categorização dos temas e organização dos dados para análise.

A pesquisa realizada é de natureza básica, com uma abordagem tanto qualitativa quanto quantitativa, com o objetivo de entender as representações da comunidade LGBTQIA+ nas coberturas jornalísticas do portal G1, focando nas matérias publicadas durante o mês do Orgulho. A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa é fundamental para oferecer uma compreensão mais ampla e detalhada do fenômeno, permitindo que as nuances subjetivas e os dados numéricos sejam analisados de maneira integrada. Segundo Gil (2008), a pesquisa básica é aquela que busca o conhecimento pela compreensão de fenômenos, sem se preocupar com a aplicação imediata desse conhecimento. Este estudo, portanto, busca contribuir para o entendimento da representação midiática da comunidade LGBTQIA+, sem a intenção imediata de aplicação prática dos resultados.

A abordagem qualitativa, conforme Minayo (2010), foca na análise das experiências, significados e interpretações subjetivas dos fenômenos investigados. Ao adotar essa abordagem, o objetivo foi captar as narrativas presentes nas matérias jornalísticas e as possíveis interpretações atribuídas pela equipe de redação do portal G1. A análise qualitativa foi realizada por meio da leitura interpretativa das reportagens, buscando compreender como a comunidade LGBTQIA+ é representada e quais discursos predominam nessas publicações. Isso permitiu uma investigação profunda das representações simbólicas e sociais presentes nas notícias, possibilitando uma análise de como o público é induzido a compreender e a formar sua opinião sobre a comunidade.

Por outro lado, a abordagem quantitativa foi empregada para analisar a frequência e a distribuição dos termos e categorias utilizadas nas matérias, o que, segundo Silva (2011), permite identificar padrões e tendências em dados numéricos. Esse aspecto quantitativo foi essencial para a coleta de dados objetivos, permitindo mapear a incidência de palavras-chave e identificar quais termos eram mais recorrentes na construção das narrativas sobre a comunidade LGBTQIA+. A combinação das duas abordagens proporciona uma análise rica, que alia a profundidade qualitativa ao rigor quantitativo, permitindo uma compreensão mais robusta do fenômeno.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa incluiu uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008), é caracterizada pela revisão de obras teóricas e literaturas existentes sobre o tema, com o objetivo de fundamentar o estudo e contextualizar o problema de pesquisa. Nesse caso, a pesquisa bibliográfica envolveu a leitura de artigos, livros e outras fontes que discutem a representação da comunidade LGBTQIA+ na mídia, especificamente no jornalismo. A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a análise de fontes empíricas, neste caso, as matérias publicadas no portal G1, que serviram como objeto direto de estudo. Lakatos e Marconi (2017) destacam que a pesquisa documental é essencial para o estudo de fenômenos contemporâneos, como a forma como a mídia cobre eventos sociais e culturais, pois possibilita a análise direta de registros documentais produzidos sobre o tema em questão.

O procedimento de análise adotado foi o enquadramento noticioso, uma técnica de análise de conteúdo que busca identificar como os fatos são apresentados nas notícias e como os jornalistas selecionam e enfatizam determinados aspectos da realidade. De acordo com Goffman (1974), o enquadramento é o processo pelo qual os eventos ou assuntos são organizados e apresentados ao público de uma maneira que influencia a forma como eles são interpretados. Esse modelo de análise foi fundamental para examinar as escolhas feitas pelos jornalistas do G1 na cobertura do mês do Orgulho LGBTQIA+, identificando como os aspectos da identidade LGBTQIA+ foram destacados ou omitidos nas reportagens.

A coleta dos dados envolveu a seleção de matérias publicadas no portal G1 entre os anos de 2019 e 2024, período que foi escolhido devido à decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) de equiparar homofobia e transfobia ao crime de racismo, em 2019, representando um marco importante na luta pelos direitos da

comunidade LGBTQIA+. As matérias foram selecionadas com base em sua relação direta ao mês do Orgulho, que ocorre anualmente em junho, com o intuito de avaliar a maneira como o portal abordou este tema em diferentes anos. Após a coleta, os dados foram organizados de acordo com os critérios de enquadramento, que envolvem a análise das categorias e narrativas utilizadas nas notícias.

A interpretação dos dados seguiu um processo de análise semântica, focando nas palavras-chave e nos temas centrais presentes nas matérias. O objetivo era identificar padrões nas representações da comunidade LGBTQIA+, como a presença ou ausência de estereótipos, a construção de uma imagem positiva ou negativa da comunidade e a ênfase em questões de direitos civis, igualdade e inclusão. A interpretação buscou entender de que forma o portal G1 contribuiu para a formação de uma imagem pública da comunidade LGBTQIA+ durante o mês do Orgulho e de que maneira essa representação está alinhada com as demandas sociais e políticas dessa comunidade.

As pesquisas foram realizadas no portal G1, utilizando o campo de busca para filtrar notícias publicadas no mês de junho, o Mês do Orgulho LGBTQIA+, ao longo dos seis anos (2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024). A busca foi conduzida com o termo "**Mês do Orgulho LGBTQIA+**" e todas as notícias relacionadas à comunidade foram salvas para análise.

O mapeamento de notícias envolveu uma leitura minuciosa e a rolagem até o final da página de resultados para garantir que todas as matérias pertinentes fossem incluídas. Para cada ano, as notícias foram filtradas para garantir uma seleção abrangente e representativa dos acontecimentos do Mês do Orgulho LGBTQIA+. Este método garantiu a coleta de todas as notícias relevantes, sem exclusões baseadas em critérios subjetivos.

Para facilitar a visualização e classificação das matérias, foi criado um documento no Word para cada ano dentro do recorte da pesquisa (2019 a 2024), contendo todas as notícias coletadas no mês de junho, durante o Mês do Orgulho LGBTQIA+. Cada documento inclui o título da matéria com o link, o tema ao qual foi vinculada e uma área para comentários, caso fosse necessário. No total, foram coletadas 460 notícias ao longo dos seis anos pesquisados. Após essa coleta, as matérias passaram por uma análise adicional, em que foram categorizadas em 6 temas principais, facilitando a análise detalhada. Para melhor entendimento, o

levantamento está acessível para quem tiver interesse em se aprofundar nas notícias coletadas⁹.

A criação dos 6 temas aconteceu a partir da temática de cada notícia e da aproximação entre elas. São eles: "**Cultura**", "**Eventos LGBTQIA+**", "**Histórias de Vida**", "**LGBTfobia**", "**Mercado de Trabalho**" e "**Representatividade e Direitos**".

Para melhor visualização, os acontecimentos também foram classificados por cor dentro dos documentos. A seguir, uma breve explicação sobre o que cada tema representa.

- **Cultura:** Notícias envolvendo produções culturais como música, audiovisual, literatura, e outras formas de expressão artística com temática LGBTQIA+.
- **Eventos LGBTQIA+:** Notícias que falavam da divulgação de eventos relevantes para a comunidade LGBTQIA+, como as paradas da diversidade.
- **Histórias de Vida:** Notícias que relatam histórias, depoimentos pessoais e biografias de indivíduos LGBTQIA+.
- **LGBTfobia:** Casos nos quais houve algum tipo de preconceito, violência física ou verbal contra a comunidade LGBTQIA+.
- **Mercado de Trabalho:** Notícias sobre inclusão, desafios e oportunidades no mercado de trabalho para a comunidade LGBTQIA+.
- **Representatividade e Direitos:** Notícias que mostram algum tipo de representação da comunidade LGBTQIA+, narrando a busca por direitos ou quando estes são alcançados, incluindo políticas públicas.

A seguir, apresenta-se o capítulo analítico, com a aplicação das categorias, análise dos termos e discussão dos resultados.

⁹ Disponível em:

https://drive.google.com/drive/folders/1SfBlswASQwKqfVil11kSmk17n6oEYeYG?usp=drive_link

6 ANÁLISE DAS MATÉRIAS: MÊS DO ORGULHO NO G1

Este capítulo realiza a análise das cinco matérias selecionadas, representando os temas mais recorrentes e relevantes sobre a comunidade LGBTQIA+ no portal G1 durante o Mês do Orgulho. A partir da categorização dos temas e do levantamento quantitativo das publicações, são discutidos os enquadramentos jornalísticos utilizados, considerando o contexto e a profundidade do conteúdo. A análise revela avanços e limitações nas reportagens, com destaque para a qualidade da representação e a contribuição para uma maior conscientização social, assim como para os desafios que ainda persistem na cobertura das temáticas LGBTQIA+.

A partir da análise temática de cada notícia e da aproximação entre os conteúdos, foram definidos seis temas principais: “Cultura”, “Eventos LGBTQIA+”, “Histórias de Vida”, “LGBTfobia”, “Mercado de Trabalho” e “Representatividade e Direitos”. E após a escolha dos 6 temas e a categorização das notícias dentro desses grupos, foi realizada a contagem, ano a ano, das matérias de cada tema para observar e quantificar os textos produzidos pelo G1 e o possível enquadramento utilizado pelo portal. É importante ressaltar que os acontecimentos não estão presentes em todos os seis anos analisados, mas se tornaram relevantes ao verificar o panorama geral das notícias encontradas no portal. Na Tabela 1, apresenta-se os resultados de 2019.

Tabela 1 - Matérias 2019

Tema	2019
Cultura	9
Eventos LGBTQIA+	32
Histórias de Vida	14
LGBTfobia	13
Mercado de Trabalho	5
Representatividade e Direitos	22

Fonte: produzido pela autora.

A análise dos dados de 2019 mostra que o tema “Eventos LGBTQIA+” foi o mais abordado, indicando que o portal G1 deu grande visibilidade a atividades e

celebrações voltadas para a comunidade, como paradas e festivais. Esse foco possivelmente reflete a importância crescente desses eventos no cenário público e a necessidade de reforçar a representatividade da comunidade LGBTQIA+ em espaços de celebração e mobilização social. Por outro lado, temas como “Mercado de trabalho” tiveram menos destaque, o que pode sugerir uma menor cobertura em relação a assuntos voltados para inserção e a igualdade da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Na Tabela 2, apresenta-se os resultados de 2020.

Tabela 2 - Matérias 2020

Tema	2020
Cultura	7
Eventos LGBTQIA+	10
Histórias de Vida	4
LGBTfobia	7
Mercado de Trabalho	0
Representatividade e Direitos	7

Fonte: produzido pela autora.

Em 2020, observa-se uma diminuição significativa na cobertura dos temas, com destaque para a queda nas notícias relacionadas a “Eventos LGBTQIA+”. Esse declínio pode ser atribuído às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que impactou diretamente a realização de eventos presenciais, como paradas e festivais, limitando a visibilidade desses momentos de celebração. O fato de “Mercado de Trabalho” não ter sido abordado no ano também revela uma ausência de discussão sobre as questões profissionais enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, o que é uma lacuna relevante, especialmente em um contexto de crise econômica. Mesmo assim, temas como “Cultura” e “Representatividade e Direitos” mantiveram uma presença significativa, indicando que o portal ainda se concentrou em questões de visibilidade e direitos da comunidade, embora com um número menor de matérias no geral, possivelmente devido às circunstâncias excepcionais do ano. Na Tabela 3, apresenta-se os resultados de 2021.

Tabela 3 - Matérias 2021

Tema	2021
Cultura	9
Eventos LGBTQIA+	14
Histórias de Vida	10
LGBTfobia	22
Mercado de Trabalho	1
Representatividade e Direitos	23

Fonte: produzido pela autora.

Em 2021, nota-se um aumento nas abordagens sobre "LGBTfobia" e "Representatividade e Direitos", que se destacam como os temas mais discutidos. A elevação no número de matérias relacionadas à discriminação e à luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+ pode refletir um cenário de crescente conscientização e debates em torno de questões de igualdade e de proteção contra a violência. A presença constante de "Eventos LGBTQIA+" e "Histórias de Vida" também indica um interesse em manter a visibilidade das experiências e celebrações da comunidade, embora de forma mais equilibrada. O tema "Mercado de Trabalho", por outro lado, segue com pouca representação, sugerindo que, apesar do aumento em outras áreas, as questões sobre a inserção e os desafios profissionais da comunidade ainda permanecem marginalizadas na cobertura do portal. Na Tabela 4, apresenta-se os resultados de 2022.

Tabela 4 - Matérias 2022

Tema	2022
Cultura	11
Eventos LGBTQIA+	28
Histórias de Vida	9
LGBTfobia	16
Mercado de Trabalho	3
Representatividade e Direitos	13

Fonte: produzido pela autora.

Em 2022, "Eventos LGBTQIA+" teve um aumento significativo, refletindo a retomada de eventos presenciais e a importância da visibilidade da comunidade. O tema "Cultura" também se destacou, evidenciando o foco nas produções artísticas. Apesar de um número considerável de matérias sobre "LGBTfobia", o "Mercado de Trabalho" continuou com pouca cobertura, indicando uma lacuna nas discussões sobre inclusão profissional. "Representatividade e Direitos" manteve-se relevante, porém com uma quantidade menor de notícias comparado a outros temas. Na Tabela 5, apresenta-se os resultados de 2023.

Tabela 5 - Matérias 2023

Tema	2023
Cultura	9
Eventos LGBTQIA+	33
Histórias de Vida	10
LGBTfobia	16
Mercado de Trabalho	3
Representatividade e Direitos	25

Fonte: produzido pela autora.

Em 2023, o tema "Eventos LGBTQIA+" manteve-se como o mais abordado, refletindo a continuidade da visibilidade de eventos importantes para a comunidade. A cobertura sobre "Representatividade e Direitos" também foi expressiva, destacando questões relacionadas à luta por direitos e inclusão. "Cultura" e "Histórias de Vida" seguiram sendo temas relevantes, embora com uma quantidade menor de matérias. O número de reportagens sobre "LGBTfobia" permaneceu considerável, mas o "Mercado de Trabalho" continuou com pouca atenção, indicando uma persistente falta de discussão sobre a inclusão da comunidade LGBTQIA+ no ambiente profissional. Na Tabela 6, apresenta-se os resultados de 2024.

Tabela 6 - Matérias 2024

Tema	2024
Cultura	9
Eventos LGBTQIA+	23

Histórias de Vida	13
LGBTfobia	7
Mercado de Trabalho	4
Representatividade e Direitos	22

Fonte: produzido pela autora.

Em 2024, "Eventos LGBTQIA+" continuou a ser amplamente abordado, embora com uma redução em relação ao ano anterior. A cobertura sobre "Representatividade e Direitos" manteve-se relevante, refletindo a continuidade das discussões sobre igualdade e direitos da comunidade. O tema "Histórias de Vida" teve um aumento, indicando um interesse crescente em relatos pessoais e experiências da comunidade. Por outro lado, "LGBTfobia" apresentou uma queda no número de matérias, o que pode sugerir uma diminuição no foco sobre casos de violência e discriminação. O "Mercado de Trabalho" permaneceu com uma cobertura limitada, evidenciando a persistente lacuna nas discussões sobre a inserção profissional da comunidade LGBTQIA+.

A seguir, é apresentada a tabela com a distribuição dos temas ao longo dos anos analisados, permitindo uma visão geral da evolução da cobertura jornalística do portal G1 em relação à comunidade LGBTQIA+. A tabela foi organizada com base na frequência de notícias classificadas sob as seis categorias principais. A análise dos dados permite identificar as tendências de destaque de cada ano, evidenciando quais temas receberam maior visibilidade e como os enfoques da cobertura jornalística evoluíram ao longo do tempo.

Tabela 7 - Matérias 2019 a 2024

Tema	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Cultura	9	7	9	11	9	9	54
Eventos LGBTQIA+	32	10	14	28	33	23	140
Histórias de Vida	14	4	10	9	10	13	60
LGBTfobia	13	7	22	16	16	7	81
Mercado de Trabalho	5	-	1	3	3	4	16
Representatividade e Direitos	22	7	23	13	25	22	112

Fonte: produzido pela autora.

A partir da análise dos dados coletados, cinco temas acabaram se destacando dos demais, tanto pelo número de notícias quanto pela recorrência ao longo dos anos analisados. Os temas escolhidos para a próxima etapa da análise foram: "**Eventos LGBTQIA+**", com 140 notícias, um dos temas mais recorrentes ao longo dos anos pesquisados; "**Representatividade e Direitos**", com 112 matérias, abrangendo os avanços e desafios da comunidade LGBTQIA+ em relação aos direitos e à visibilidade, presente em todos os anos do recorte; "**LGBTfobia**", com 80 notícias, focando no preconceito e na violência enfrentada pela população LGBTQIA+; "**Histórias de Vida**", com 60 matérias, destacando relatos pessoais que valorizam a diversidade e as experiências de vida de pessoas LGBTQIA+; e "**Cultura**", com 54 matérias, abordando manifestações culturais que englobam a comunidade LGBTQIA+ e sua contribuição para o cenário cultural.

Para a etapa qualitativa, foi selecionada uma matéria que representasse cada tema escolhido na etapa anterior. Essa seleção foi feita a partir de um escaneamento das notícias de cada categoria, em que as escolhas refletiram os interesses e relevância de cada tema – com referência a momentos que chamaram atenção desde o início do levantamento. Ou seja, a seleção contemplou notícias que **traziam dados relevantes para a população LGBTQIA+**, temas que se repetiam em outros anos ou que se destacavam no portal.

A análise foi conduzida por meio de um escaneamento inicial das matérias escolhidas e, após essa triagem, por um aprofundamento do enquadramento escolhido pelo jornalista e, conseqüentemente, pelo portal – parágrafo a parágrafo. Assim como Sádaba (2007), para esta pesquisa, entende-se que analisar os enquadramentos é mais do que apenas observar os títulos ou ler o texto. É necessário refletir sobre o contexto em que a matéria está inserida e sobre informações mais amplas relacionadas àquela situação.

Se os frames, que dão sentido aos fatos, são também o conteúdo latente das notícias, para descobri-los não basta analisar o conteúdo dos textos informativos, manchetes, leads ou qualquer outro mecanismo; é necessária uma leitura das notícias que remetem a contextos mais amplos¹⁰. (Sádaba, 2007, p. 95)

¹⁰ No original: "Si los frames, que aportan significado a los hechos, son también el contenido latente de la noticia, para descubrirlos no resulta suficiente el análisis del contenido de los textos informativos, titulares, leads o cualquier otro mecanismo; se hace necesaria una lectura de las noticias que remite a contextos más amplios".

A seleção cuidadosa das fontes na análise mostra um avanço do G1, intencional ou não, na representação das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+. Quando bem fundamentadas, essas escolhas agregam credibilidade ao tema e podem sensibilizar a sociedade para apoiar a luta desse grupo social.

Contudo, três matérias do período entre junho de 2019 e fevereiro de 2020 revelam falhas nesse processo. A primeira análise, intitulada: “**Pracinha dos Gays: Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT**”, publicada em junho de 2019, exemplifica algumas dessas limitações. Embora a fonte – o prefeito – se manifeste em defesa dos direitos da comunidade LGBTQIA+, a reportagem não utiliza com frequência a sigla “LGBTQIA+” ou termos como “gay” e evita abordar diretamente a LGBTfobia. A ausência de um aprofundamento na fala do prefeito sobre os preconceitos enfrentados e a escolha do jornalista em evitar confrontar essa realidade podem dar a impressão de que apenas a existência de uma praça com as cores do arco-íris seja uma solução suficiente para o problema do preconceito.

Em outra matéria de 2019, “**They é a palavra do ano, segundo o dicionário Merriam-Webster**”, o portal aborda a linguagem inclusiva, mas deixa espaço para questionamentos. A reportagem trata o uso de pronomes neutros como algo relevante, mas o compara de forma sutil com outras palavras escolhidas em diferentes dicionários, sugerindo que haveria temas mais significativos. A matéria, portanto, levanta um tópico de grande importância para a comunidade LGBTQIA+, mas perde a oportunidade de informar mais amplamente sobre o significado e o impacto social da linguagem neutra.

A terceira análise, que explora o tema da população carcerária LGBTQIA+, também apresenta deficiências. Em “**Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs**”, de 2020, a reportagem destaca dados relevantes sobre as condições dessa população, uma das mais invisibilizadas e vulneráveis, mas não se aprofunda no tema. O levantamento apresenta informações cruciais que poderiam promover uma discussão pública sobre as violações de direitos e a falta de dados específicos para a população carcerária LGBTQIA+. Além disso, a matéria utiliza siglas de maneira inconsistente, evidenciando a falta de um padrão e, em alguns casos, a exclusão de identidades LGBTQIA+.

Conforme explicado por Sádaba (2007), com base no conceito de “critical event” cunhado por Richard Pride em 1995, certos episódios chamam a atenção por

romperem com a rotina e a normalidade, tornando-se notícias. Esse é o caso das reportagens analisadas, que, embora motivadas por eventos destacados, nem sempre exploram de forma aprofundada os temas apresentados.

Sádaba (2007) também observa que, ao abordar esses eventos, “os jornalistas competem com outras forças sociais, dando sentido e criando esquemas interpretativos que ajudam a alcançar definições coletivas de assuntos públicos” (p. 99). Dessa forma, é função e responsabilidade do jornalista auxiliar na compreensão dos temas com os quais trabalha. Com base no recorte analisado, o portal se empenha em trazer à tona as pautas da comunidade LGBTQIA+, mas, por vezes, falha ao não fornecer o aprofundamento necessário para construir essas definições coletivas.

6.1 Cores vazias: a representação limitada em Madre de Deus

Matéria 1: 'Pracinha dos Gays': Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT¹¹

Data: 28/06/2019

Na Bahia, uma praça chamou a atenção do portal G1. Em 2019, o site decidiu noticiar sobre a reforma de uma praça em Madre de Deus, cidade próxima a Salvador. Seguindo o método descrito anteriormente, o processo de análise começou com a observação do layout da página, seguido por uma análise mais detalhada do conteúdo apresentado.

'Pracinha dos Gays': Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT é um título que pode soar inusitado, mas a surpresa se dissipa ao se observar a data de publicação. Durante a primeira visita ao *link*, enquanto realizava uma pesquisa sobre as publicações do portal, minha reação inicial foi de surpresa, pensando: era esperado que uma notícia assim fosse publicada em junho. Este mês é reconhecido como o Mês do Orgulho LGBTQIA+, marcado pela Revolta de Stonewall, um marco histórico para o movimento LGBTQIA+ que começou com uma batida policial no bar Stonewall Inn, em Nova Iorque. Desde então, junho se tornou o

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/06/28/pracinha-dos-gays-cidade-na-bahia-chama-atencao-com-praca-inspirada-na-tematica-lgbt.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

Pride Month, com o dia 28 sendo celebrado como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, em memória àquela noite.

Por essa razão, junho é geralmente repleto de notícias e campanhas com foco na comunidade LGBTQIA+. A matéria em questão foi publicada exatamente no dia 28 de junho, apontando para um enquadramento específico: trazer um acontecimento relacionado ao tema LGBTQIA+ para o debate público. Publicar essa matéria durante o Mês do Orgulho é um indicativo de que o portal procura se posicionar como aliado, ao incluir notícias que sugerem uma ideia de representatividade.

A reportagem, então, começa a explorar no texto certos conceitos comuns sobre a comunidade LGBTQIA+. Quatro imagens ilustram a notícia, com uma foto abrindo o texto e outra encerrando. Existe um *link* que leva ao Instagram, embora um aviso mostre que o conteúdo foi removido. As fotos exibem diferentes ângulos da praça, com a mesma legenda: **“Pracinha dos Gays, na cidade de Madre de Deus, na Bahia.”** A página inclui apenas um *link* em forma de tópico, que não dialoga com a matéria principal e leva a uma notícia sobre as comemorações do Dia do Orgulho LGBTQIA+ na Bahia. Sem intertítulos, a notícia é estruturada em 10 parágrafos e conta com três destaques que se relacionam com o conteúdo, mas sem reaparecer no texto.

Ao analisar o conteúdo pela primeira vez, as imagens não carregaram por um problema de conexão, o que alterou a minha percepção do texto em relação às fotos. Por isso, decidi seguir o mesmo método: primeiro, examinarei o texto e seus conteúdos, depois descreverei a praça e a razão de ela ser considerada a “Pracinha dos Gays.”

A começar pelo título e subtítulo, nota-se que a praça é chamada de “dos Gays” por ser baseada na “temática LGBTQIA+,” como descrito na linha de apoio: “Cores da bandeira do movimento estão nos bancos e no coreto construídos no local.” Assim, percebe-se que a representatividade da “temática LGBTQIA+” se resume às cores que decoram a praça. O significado social é um produto das interações entre indivíduos, conforme descrito por Sádaba (2007), e o imaginário popular associa a bandeira LGBTQIA+ às cores do arco-íris, vinculando-a a essa comunidade.

Além disso, mais uma vez o portal utiliza “LGBT” como sinônimo de “Gay” ao adotar essa palavra logo no início. No texto, “gay” aparece com letra maiúscula, quase como um nome próprio, aparentemente representando toda a comunidade LGBTQIA+. Em vez de usar a sigla completa que incluía outras identidades, o portal

opta por “LGBT,” uma escolha que pode simplificar ou limitar toda a diversidade presente na comunidade.

O primeiro parágrafo da matéria menciona o lema da praça: “Mais amor, respeito e batata frita.” No entanto, essa frase não reaparece em nenhum outro ponto do texto, nem há uma explicação para a escolha do lema. A primeira parte sugere respeito à comunidade LGBTQIA+, mas a inclusão de “batata frita” parece trivializar o lema, imprimindo um tom irônico que pode descaracterizar a luta por direitos da comunidade.

Durante a leitura, o público descobre que o nome da praça foi decidido em uma votação on-line aberta aos moradores da cidade. Fica claro que o local é usado para fomentar discussões ligadas à comunidade LGBTQIA+, uma ideia reforçada pelo jornalista com a frase: “*Não é à toa, que o colorido está por toda a parte.*” Com isso, fica implícito que o espaço só é associado a esse grupo por causa das cores. Será que, se tivesse sido reformada com outras cores, a praça não abrigaria essas temáticas? Ou, ainda, só pode-se falar sobre assuntos da comunidade LGBTQIA+ dentro dessa praça e em mais nenhum outro lugar? A escolha de associar as cores à comunidade também sugere uma divisão entre a “normalidade” e o “não-normativo,” evidenciando uma perspectiva de segregação.

O texto também inclui dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a cidade e sua população, mas o parágrafo onde isso é mencionado parece isolado do resto das informações, pois não há relação entre o número de votos e o total de moradores.

Depois da introdução sobre a praça e a escolha do nome, no parágrafo sete, o jornalista apresenta a primeira e única fonte da matéria: o prefeito da cidade. É nesse parágrafo que é revelado ao público que o nome da praça gerou controvérsia – provavelmente por causa das cores que remetem à comunidade LGBTQIA+, embora isso não fique explícito. Contudo, o prefeito não aborda esse assunto em suas falas, limitando-se a tecer elogios ao lugar.

No primeiro destaque do texto, que vem logo após a introdução da fonte, Jeferson Andrade – o prefeito – faz uma escolha de palavras interessante: “*Existem sempre os debates de quem concorda e quem discorda, afinal, vivemos em um país que ainda é muito marcado pela **rigoriedade**, mas a praça agradou grande parte da população. Apesar de ser uma das menores, a praça é uma das mais movimentadas da cidade. As pessoas criaram um sentimento de pertencimento.*”

Considerando que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo¹², a escolha da palavra “rigoriedade” em vez de “conservadorismo” ou “preconceito” apaga um histórico violento contra a comunidade que ele tenta defender durante a matéria.

A partir da citação do prefeito até o final do texto, a reportagem alterna entre parágrafos e falas de Jeferson. Ainda que os depoimentos apareçam como destaques, as falas do prefeito dialogam com os parágrafos e não são repetidos. Jeferson, como única fonte, apenas menciona aspectos positivos e projetos de sua gestão, sem detalhar iniciativas específicas para a comunidade LGBTQIA+. Porém, nenhum desses projetos é citado durante o texto.

Em um dos destaques de Jeferson, ele afirma que as cores da bandeira visam dar visibilidade: *“É uma praça para que se torne visto, tornar público, a liberdade de expressão das pessoas LGBTs... cutucar a sociedade para que respeite”*. Embora seja interessante discutir a liberdade de expressão, a matéria não se aprofunda nas ações que “provocam a sociedade” nesse aspecto. Dessa forma, parece que somente a reforma da praça é vista como a ação que provoca a sociedade. Em outra parte, o prefeito menciona que a juventude da cidade frequenta a praça e *“abraçou a ideia de homenagear a liberdade de orientação sexual”*. Mas o que realmente significa homenagear a liberdade de orientação sexual? Pintar a praça com as cores do arco-íris e vê-la ocupada pode indicar que a população aprovou a reforma e até pode ser vista como uma aliada da comunidade LGBTQIA+, mas isso não é suficiente. Sem se aprofundar em projetos que realmente beneficiem esse grupo, a matéria termina dando a sensação de que o mundo é um lugar melhor apenas porque uma praça na Bahia foi reformada.

Depois de toda essa discussão, é momento de compreender como a “Pracinha dos Gays” recebeu esse nome e o estado em que ficou após a reforma realizada pela prefeitura. As imagens são bastante semelhantes. Podemos notar que, em 2019, as cores do arco-íris, que inspiram o nome da praça, estão presentes apenas nos bancos — que não são muitos, conforme mostrado nas fotos. No coreto, o lema da praça está escrito, mas as cores não representam nenhuma bandeira específica do movimento

¹² Segundo reportagem realizada pelo Brasil de fato. <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

LGBTQIA+. Elas transmitem apenas a sensação de um ambiente colorido. Além disso, na última imagem que acompanha o texto, vemos pessoas ocupando a praça à noite. Talvez se trate de um dos eventos que a prefeitura menciona realizar para discutir temáticas LGBTQIA+, mas não é possível ter certeza, pois as legendas são repetitivas e não detalham o que está acontecendo.

A reportagem apresenta apenas uma fonte: o prefeito de Madre de Deus, Jeferson Andrade. Embora seja a única fonte, o nome de Jeferson é citado apenas uma vez. Não há depoimentos de frequentadores ou moradores — sejam contrários ou favoráveis à praça. O foco do texto está na praça e em suas cores — como percebido pela falta de aprofundamento nas atividades realizadas pela prefeitura no local. Por isso, o jornalista não viu necessidade de incluir mais vozes no texto — embora isso seja importante para mim como leitora. Jeferson comenta apenas sobre uma única ocasião em que houve controvérsia durante a votação e nomeação da praça. Além de não aprofundar o tema, ele escolhe não usar palavras “fortes” e se limita a elogiar a iniciativa e seu próprio governo.

Mais uma vez, a relação entre símbolo e significado se faz presente. A praça só é “dos gays” porque é colorida. A população associa as cores à temática LGBTQIA+ e define quem é o público do local. Isso fica evidente na votação feita com os moradores. Entre as opções: “Vale das Cores”, “O Vale” e “Pracinha dos Gays”, a mais votada e, portanto, escolhida para a praça, foi aquela que claramente faz referência à comunidade LGBTQIA+. Ainda que as outras alternativas insinuem esse mesmo significado, apenas uma usa uma palavra presente na sigla.

Há também uma hesitação em utilizar a sigla “LGBT” e outras palavras que remetam a esse sentido, como “Gay”. O jornalista parece evitar o uso desses termos e acaba recorrendo a sinônimos curiosos como “temática”, “movimento” ou “causa social” — sem especificar quais temáticas, movimentos e causas são esses. Em vários momentos, “LGBT” ou “Gay” — ainda que não abrangente — poderiam ter sido usados para descrever melhor a narrativa. Um exemplo disso é quando o repórter explica que a praça é aberta para todos os públicos: “*O prefeito ressalta ainda que, **mesmo com o nome que tem**, a praça é aberta para toda a população*”. Nessa construção, o jornalista dá a entender que a praça, por ser “dos gays”, segrega. Nas palavras de Jeferson, há tanta “rigoriedade” no país que é necessário explicar para a população que frequentar a praça não a fará LGBTQIA+. A sexualidade não existe sem poder e, ao escolher “esconder” a sigla do movimento e utilizar sinônimos, a matéria reforça

um poder implícito. Um poder que define, demarca, circula e diferencia os corpos (Butler, 2005) dos moradores e frequentadores da praça em Madre de Deus.

Essa narrativa, embora provavelmente construída para exaltar os avanços na luta da comunidade LGBTQIA+ durante o *Pride Month*, também revela como a sexualidade é vista como entretenimento, pois trata-se de uma praça colorida que representa identidades LGBTQIA+, mas que não tem “poder para rearticular os termos da lei em vigência” (Butler, 2005).

6.2 Identidade em jogo: *They* e a revolução do gênero

Matéria 2: ‘They’ é a palavra do ano, segundo o dicionário Merriam-Webster¹³

Data: 10/06/2019

Anualmente, diversos dicionários selecionam e divulgam suas “Palavras do Ano”. A escolha é geralmente baseada em uma análise de dados das palavras mais buscadas ao longo do ano no respectivo dicionário. Esse evento ganha notoriedade, pois a palavra mais pesquisada reflete, de certa forma, os acontecimentos mais significativos do período. Assim, fica evidente que, ao buscar por esses termos, a população identificou relevância nos eventos associados a eles.

No final de 2019, o G1 publicou uma matéria com esse intuito: **‘They’ é a palavra do ano, segundo o dicionário Merriam-Webster**. A notícia é breve, já que a informação principal é apresentada no título, deixando pouco espaço para aprofundamento. O texto contém duas imagens, uma antes do único intertítulo e outra no final – como já observamos, uma prática comum no portal. Apenas um hiperlink é incluído, que será analisado com mais detalhes posteriormente.

O título, como já observado, apresenta a informação mais relevante. Um aspecto digno de nota é o uso do termo em inglês: *They*. Embora a maioria das notícias sobre a “Palavra do Ano” opte por traduzir as palavras, neste caso, a utilização do pronome em inglês se justifica, pois a tradução para “eles/elas” não transmitiria a neutralidade que o pronome em inglês possui. No entanto, o texto não esclarece essa escolha, o que poderia ajudar leitores que não dominam o idioma.

A linha de apoio é surpreendentemente extensa, sendo a mais longa entre as cinco matérias analisadas. Ela fornece uma explicação sobre o uso do pronome *They*,

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/12/10/they-e-a-palavra-do-ano-segundo-dicionario-merriam-webster.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

que é plural e se refere tanto a homens quanto a mulheres ou àqueles que se identificam como não-binários. Curiosamente, a expressão não-binário aparece entre aspas, sugerindo que necessita de validação externa para ser aceita. Segundo o dicionário Merriam-Webster, não-binário designa “uma pessoa que se identifica ou expressa uma identidade de gênero que não é nem totalmente masculina, nem totalmente feminina”. Isso implica que a identidade de gênero dessas pessoas transcende as categorias de masculino e feminino, justificando a necessidade de um pronome neutro. A explicação sobre como a escolha das palavras é realizada pelo Merriam-Webster, que se baseia nas palavras com maior número de buscas no ano, também é apresentada. Em seguida, ainda na linha de apoio, há uma tentativa de justificar o aumento das pesquisas sobre o pronome em 2019, atribuindo-as a declarações de celebridades.

Os três primeiros parágrafos do texto não trazem novidades ao leitor: eles apenas reiteram a palavra do ano, seu significado e o método de escolha – informações já fornecidas na introdução. Algumas frases são idênticas às da linha de apoio, mas o termo não-binário, desta vez, é apresentado sem aspas.

A única fonte citada é a editora sênior do dicionário, Emily Brewster. O G1 não fez uma entrevista direta com ela, utilizando uma declaração extraída de um comunicado, sem fornecer um link para o texto completo. Emily menciona que pronomes e certos verbos são comumente usados na língua e, devido a essa familiaridade, acabam sendo negligenciados no dicionário. Contudo, houve um aumento significativo nas buscas pelo pronome *They*, o que motivou sua escolha como palavra do ano. Nesse comunicado, a editora ressalta que o aumento das pesquisas estava relacionado ao uso do pronome em contextos de identidades não-binárias – e novamente, a expressão não-binário surge entre aspas.

A matéria também apresenta uma lista dos meses em que as buscas pelo termo aumentaram e os eventos que as desencadearam, validando assim o fenômeno. Janeiro, abril, junho e setembro foram meses marcados por acontecimentos que geraram curiosidade – e incerteza – acerca do pronome neutro. Em janeiro e abril, declarações específicas provocaram o interesse: na Paris Fashion Week, a presença da modelo não-binária Oslo Grace chamou atenção, e em abril, uma congressista americana comentou que seu filho não se conformava às normas de gênero. Em junho, mês do Orgulho LGBTQIA+, também se registrou um aumento nas buscas.

Neste contexto, o portal usa a palavra “Pride” e posteriormente a traduz como “Orgulho”, algo que não ocorre com o pronome *They*. Ao se referir à comunidade LGBTQIA+, o G1 menciona a sigla LGBTQI+ e a expõe de maneira interessante. A letra Q, que, conforme já discutido, significa *queer* – um termo que foi ressignificado e que sustenta as teorias deste trabalho – é interpretada pelo portal como “*queer ou questionando*”. Mais uma vez, a matéria questiona a relevância ou veracidade das questões LGBTQIA+, primeiramente ao trazer o termo não-binário entre aspas e agora ao optar por definir o Q como “questionando” – essa expressão não é utilizada dentro da comunidade, que reconhece apenas *queer* como sua designação. Em relação ao último pico de buscas, a matéria menciona a declaração do cantor Sam Smith, que se assumiu como não-binário naquele ano. Entretanto, a escolha das palavras para descrever esse acontecimento demonstra uma falta de entendimento sobre o tema. “*Em setembro, o cantor e compositor Sam Smith **declarou ter se tornado** ‘não-binário’ e pediu para ser tratado pelo pronome ‘they.’*” Essa construção, como já discutido em Butler (2005), sugere que o cantor refletiu profundamente sobre sua sexualidade, insinuando que tanto a sexualidade quanto a identidade de gênero são escolhas ponderadas – o que, na realidade, sabemos que não é (Butler, 2005). A primeira parte da matéria conclui com uma imagem de Sam Smith durante sua apresentação no Lollapalooza de 2019.

Em um segundo momento, a matéria apresenta o intertítulo: ‘*Emergência climática*’. A partir daí, o foco muda, introduzindo a Palavra do Ano de outro dicionário, o Oxford. O portal fornece uma breve explicação sobre como essa escolha foi feita e menciona as palavras dos anos anteriores – possivelmente para fazer uma comparação com as do Merriam-Webster. Há um hiperlink – o único presente na matéria – que direciona à notícia sobre o Dicionário Oxford.

Comparando as duas matérias, a do Oxford se distingue em diversos aspectos da do Merriam-Webster. Em primeiro lugar, a definição de *They* não é apresentada em nenhum momento, ao contrário da expressão “emergência climática”. Além disso, há um intertítulo dedicado a explicar o processo de escolha da Palavra do Ano no Oxford, algo ausente no texto do Merriam-Webster. O que se vê é uma breve menção aos picos de busca. É possível encontrar as palavras escolhidas pelo Oxford no ano anterior, com links para as notícias sobre cada uma. O texto do Oxford também menciona outros dicionários ou jornais que optaram por expressões similares para 2019, mas sem tirar o foco da notícia principal: a Palavra do Ano do Oxford.

Ao incluir um intertítulo para a escolha de outro dicionário, a comparação entre os dois se torna inevitável. Assim, parece haver uma desvalorização da Palavra do Ano do Merriam-Webster, como se pudesse existir uma palavra mais pertinente. Essa percepção se torna ainda mais evidente ao acessar a notícia do Oxford, onde essa prática de enfatizar outros dicionários não se repete. Além disso, não há informações claras sobre o processo de escolha das palavras do Merriam-Webster; eles apenas citam o aumento das buscas, insinuando que a responsabilidade recai sobre as celebridades. Embora o portal tente incluir representatividade ao discutir identidades não-binárias, é perceptível a falta de informações que permeia a construção da notícia. Mesmo que de maneira não intencional, a matéria transmite a ideia de que a sexualidade é uma escolha, uma escolha tão racional quanto selecionar dados em um banco de informações para determinar a Palavra do Ano.

6.3 Só tem viado no presídio?: a realidade LGBTQIA+ nas cadeias

Matéria 3: Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs¹⁴

Data: 14/06/2020

Durante a análise de notícias do G1, especialmente nos últimos anos pesquisados, diversas matérias se destacaram. Ao coletar essas informações, nota-se um aumento do interesse do portal em abordar a população carcerária LGBTQIA+ no Brasil. Uma dessas reportagens destaca um levantamento sobre o déficit de vagas no sistema prisional, publicado em fevereiro de 2020, mas que reúne dados de janeiro a junho de 2019. A pesquisa revelou a escassez de alas exclusivas para pessoas LGBTQIA+, e é sobre isso que trata a matéria intitulada **Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs**.

A matéria, que não inclui imagens, encerra-se com um vídeo que não está disponível para visualização; a mensagem de erro indica que ele é exclusivo para assinantes. Devido a essa restrição, não é possível verificar se a matéria complementa o vídeo ou se é apenas uma transcrição. Contudo, a análise revela que o conteúdo disponibilizado é raso. Com apenas dez parágrafos curtos, divididos em um intertítulo, a matéria apresenta dois hiperlinks. Um está localizado dentro do segundo parágrafo,

¹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/14/so-3percent-das-cadeias-brasileiras-tem-alas-exclusivas-para-lgbts-diz-infopen.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

e o outro aparece como um tópico, ambos direcionando para a mesma matéria — uma explicação do levantamento que não aborda a população LGBTQIA+ e que foi publicada no mesmo dia do texto analisado.

O título comunica a informação principal, que deveria ser desdobrada nos parágrafos seguintes. Embora a porcentagem de alas destinadas à comunidade LGBTQIA+ seja baixa, o título é redigido de maneira neutra. Em vez de afirmar que “**apenas** 3% das cadeias possuem alas exclusivas”, a matéria apresenta o número de forma imparcial. A linha de apoio que acompanha o título menciona que 36 presídios têm esse tipo de setor, mas nem no título nem ao longo da reportagem é apresentado o número total de cadeias no país – ou, pelo menos, as que estão inseridas nesse levantamento. Dessa forma, dificultando uma comparação e quantificação do que essa porcentagem realmente representa.

Apesar de a redação evitar uma construção negativa ao apresentar os dados, isso muda a partir da abertura do texto. Os dois primeiros parágrafos não trazem informações novas, apenas reiteram o que já foi exposto no título. No entanto, a construção em torno da porcentagem muda: “*Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) divulgados nesta sexta-feira (14) mostram que **só** 3% das cadeias brasileiras têm alas exclusivas para presos que se declaram lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT)*”. Ao utilizar “só”, o comunicador sugere que esse número é insatisfatório, enfatizando a necessidade de desenvolver e divulgar o levantamento no G1.

Ainda na mesma frase, duas siglas são abertas: “Infopen” e “LGBT”. É curioso que “LGBT” tenha sido escolhida, pois é a forma mais comum e reconhecível para representar a comunidade. Embora a maioria das pessoas entenda o significado de cada letra, os *comunicadores* ignoram a *cultura do receptor* e adicionam uma explicação no seu texto. (Entman, 1993, *apud* Gonçalves, 2005). Essa mesma notícia, posteriormente, troca de sigla sem qualquer explicação, passando a usar “LGBTI” e, desta vez, sem detalhar o significado de cada letra.

É intrigante, porque “LGBT” já está no imaginário popular — sendo facilmente associada a pessoas, cores, objetos ou preconceitos. No entanto, o “I” da sigla é menos conhecido e pode gerar confusão por não ter sido esclarecido. Além disso, é importante notar que esta publicação foi feita em 2020. Das cinco matérias selecionadas para análise, a mais recente, além desta, é de 2024. Elas já utilizam a

sigla “LGBTQIA+”. Isso demonstra que o G1 não mantém um padrão de linguagem consistente ao tratar da comunidade.

Ainda no início do texto, é mencionado que 7% das cadeias têm celas exclusivas, mas não se explica a diferença entre uma cela e uma ala para a comunidade LGBTQIA+. “*Segundo o Infopen, outros 7% das cadeias brasileiras (99) possuem cela exclusiva para a comunidade LGBT. A maioria dos presídios (90%) não têm cela nem ala destinada ao público*”. Embora os comunicadores quantifiquem os 7%, – que representam 99 cadeias no país –, não fazem o mesmo ao se referirem aos presídios que não oferecem celas ou alas para a população LGBTQIA+. Novamente, o leitor não tem conhecimento do número total de cadeias inclusas nesse levantamento.

A matéria conta com apenas uma fonte além dos dados: Fabiano Bordignon, diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Ele é a única fonte citada que possui hiperlinks, aparecendo duas vezes no texto. As declarações do diretor, como “*O Depen tem uma preocupação logicamente com toda a população carcerária, não é diferente com essa população também*”, parecem irrelevantes. A afirmação é quase redundante, uma vez que cabe ao órgão responsável cuidar de todos os presos, independentemente da identidade de gênero. Portanto, essa citação não agrega valor à matéria e poderia ser removida sem impactar seu resultado.

Embora a reportagem forneça informações sobre a quantidade de alas e celas para a população LGBTQIA+, não apresenta dados sobre quantos presidiários se identificam como LGBTQIA+. Ao unir essas duas categorias, espera-se que a sociedade direcione sua atenção para a falta de informações, mas o governo parece escolher ignorar (Louro, 2002 *apud* Silva, 2014) as dificuldades que ambos enfrentam. Se não há dados, não há políticas públicas – o que justifica a baixa quantidade de espaços para essa população.

Na segunda parte da matéria, é mencionada a existência de uma nota técnica sobre o tratamento de pessoas LGBTQIA+ nos presídios do país, que inclui instruções sobre como abordar essa população e garantir seus direitos. No entanto, não são fornecidos detalhes sobre onde encontrar essa nota ou suas instruções. Embora as informações sejam relevantes, não são aprofundadas: “*De acordo com o Depen, as normas são baseadas em jurisprudências nacionais e internacionais, como a resolução nº 1 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, nos Princípios de Yogyakarta e na Lei de Execução Penal*”.

O texto inicia explicando o que significa “LGBT”, uma sigla comum, mas quando se trata de legislação e jurisprudência, os comunicadores não consideram necessário esclarecer esses termos ou incluir hiperlinks para mais informações. Assim, a mensagem implícita é que o leitor deveria já estar familiarizado com esses pontos – o que não é o caso.

A matéria apresenta várias falhas. Em nenhum momento é explicada a importância de ter celas ou alas separadas para a população LGBTQIA+. Além disso, não há informações adicionais sobre o levantamento, e não existem hiperlinks que conduzam o leitor aos dados completos. A abordagem da reportagem é episódica, concentrando-se apenas no evento (a divulgação do levantamento) e não se aprofundando em outros tópicos. O texto trabalha apenas com os dados e com a vulnerabilidade da comunidade – enfatiza que a falta de alas é algo negativo, por exemplo –, mas não apresenta informações que demonstrem a necessidade de políticas públicas na área. Também falha ao não questionar a falta de dados sobre a população LGBTQIA+ encarcerada. Ao mencionar a nota técnica, por exemplo, a matéria enfatiza a importância do tratamento respeitoso e do acesso à saúde, como se isso não fosse um direito universal. Ao destacar esse ponto para a população LGBTQIA+, a impressão é que não se trata de uma informação básica. Ao construir frases dessa maneira, o texto acaba reforçando a heteronormatividade. Eles precisam ressaltar o respeito pela comunidade LGBTQIA+, pois essas pessoas são vistas como anormais e *queers*. Assim, fica claro que não é evidente que esse tratamento é um direito de toda a população carcerária.

6.4 “Tenho até colegas de trabalho que são...”: desafios no mercado

Matéria 4: 38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz pesquisa; ‘preconceito velado’, relata mulher trans¹⁵

Data: 01/06/2020

O portal G1 tem coberto uma série de casos relacionados à LGBTfobia, incluindo assassinatos e seus desdobramentos nas investigações, bem como a divulgação de leis que comprometem os direitos de grupos minoritários. No contexto

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/07/01/38percent-das-empresas-tem-restricoes-para-contratar-lgbtqi-diz-pesquisa-preconceito-velado-relata-mulher-trans.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

das "Histórias de vida", diversas matérias apresentaram-se recorrentes ao longo dos seis anos analisados neste levantamento, muitas vezes contando relatos pessoais de pessoas trans que enfrentam a LGBTfobia em suas vidas cotidianas. Essa repetição não se deu porque abordavam a mesma situação sob diferentes perspectivas, mas porque refletiam eventos que, ano após ano, permaneciam sem resolução — seja pela ausência de políticas públicas eficazes ou pela falta de conscientização social. Um exemplo disso é a dificuldade enfrentada por pessoas LGBTQIA+ em acessar oportunidades no mercado de trabalho. Em 2020, uma pesquisa de uma consultoria de engajamento destacou as barreiras enfrentadas por diversas pessoas na busca por emprego. A reportagem intitulada **38% das empresas têm restrições para contratar LGBTQI+, diz pesquisa; ‘preconceito velado’, relata mulher trans** resume as dificuldades apontadas no levantamento e apresenta fontes que sustentam os dados da pesquisa.

No texto, encontramos apenas um hiperlink que direciona a informações adicionais sobre a criminalização da LGBTfobia, agora equiparada ao crime de racismo. Além disso, ao longo da matéria, há uma seção que menciona um ator LGBTQIA+ que iniciou um empreendimento durante a pandemia, embora essa informação não dialogue diretamente com o tema principal. A notícia é acompanhada por cinco imagens, incluindo uma foto de uma carteira de trabalho ao lado da bandeira LGBTQIA+, enquanto as demais retratam as fontes citadas. Cada imagem possui legendas únicas, que acrescentam informações complementares ao conteúdo do texto. Por fim, na primeira análise, observa-se a utilização de três intertítulos e seis destaques que consistem em falas das fontes, que dialogam diretamente com os parágrafos e não são repetidas em outras partes do texto.

O título da matéria apresenta a ideia central ao leitor e oferece um resumo conciso do que será abordado nas linhas seguintes. No entanto, ele não revela todos os detalhes da notícia nem oferece informações suficientes para engajar o leitor a seguir a leitura. Além de trazer o dado fundamental da pesquisa — que 38% das empresas impõem restrições na contratação de pessoas LGBTQIA+ — a matéria introduz a primeira fonte humana: *a mulher trans* que corroborou a experiência de preconceito enfrentada por indivíduos desse grupo minoritário. A linha de apoio estabelece uma boa conexão com o título, informando sobre o projeto que realizou a pesquisa e apresentando outros dados que serão detalhados ao longo da notícia.

A abertura é ilustrada por uma imagem de Eduarda Sanches, uma das fontes da notícia. Ainda que ela não tenha sido propriamente apresentada no texto, o *comunicador* espera que o *receptor* (Entman, 1993, *apud* Gonçalves, 2005) já possa fazer uma conexão entre a mulher na imagem e a segunda parte do título, que faz referência a uma mulher trans. A legenda fornece uma breve apresentação de Eduarda: “*Executiva Eduarda Sanches relata que buscou trabalho durante cinco anos.*” Ela é identificada pela sua profissão.

Desde o primeiro parágrafo, nota-se uma diferença na construção narrativa em comparação com as matérias previamente analisadas. A sigla que representa a comunidade é “LGBTQI+”, e na sua primeira menção, a jornalista optou por apresentá-la de forma completa com a sigla em parênteses; nos parágrafos seguintes, para fins de clareza, a abreviação é utilizada como principal referência. Normalmente, os leitores costumam ignorar informações contidas entre parênteses, considerando-as irrelevantes ou repetitivas. Em muitos textos, ao utilizar o acrônimo fechado, o público passa pelas letras, entende o contexto — já que “LGBT” é um termo amplamente reconhecido — e tende a negligenciar as letras que vão além do T, o que contribui para a invisibilidade das diferentes identidades que a sigla representa. Nesse caso, ao optar por apresentar, no primeiro parágrafo, o significado de cada letra, a jornalista busca enfatizar as identidades representadas, dificultando que o leitor ignore seus significados.

Embora os resultados do levantamento sejam o foco principal da matéria, há um cuidado evidente em incluir fontes que validem as informações apresentadas. As fontes humanizam os dados e números do projeto “Demitindo Preconceitos”.

A primeira fonte a ser citada é Eduarda, já mostrada na imagem inicial. Eduarda, uma mulher trans, compartilha as dificuldades que enfrentou após iniciar sua transição e adotar um nome social — um direito da comunidade desde 2016¹⁶, no Brasil. Ela menciona que ficou desempregada por cinco anos após a atualização dos documentos com seu nome social. Posteriormente, foi contratada e, devido ao seu desempenho, recebeu uma promoção após seis meses na nova função. Ao longo da reportagem, Eduarda também relata que, embora esse preconceito não fosse

¹⁶ De acordo com o Decreto número 8.727, de 28 e abril de 2016, que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

explicitamente declarado como a razão das rejeições, ela sentia o olhar discriminatório durante as entrevistas de emprego.

Ananda Puchta, a voz técnica da matéria, é advogada da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-PR. Sua participação no texto complementa os dados do levantamento e valida os relatos das fontes a partir de uma perspectiva legal. A advogada destaca os desafios e os avanços que a comunidade LGBTQIA+ enfrenta nos ambientes de trabalho.

Gabriel Colombo é a última fonte humana mencionada. Na época da publicação da notícia, ele ocupava o cargo de diretor de aquisição em uma *startup*. Seu relato começa com uma experiência de rejeição em um processo seletivo, mesmo após sua aprovação inicial. Quando recebeu a carta de aceitação, ele preencheu os dados do esposo em um campo que a empresa normalmente designava para a esposa. Embora, como no caso de Eduarda, esse não tenha sido declarado como o motivo da rejeição, a empresa alterou sua postura em relação a Gabriel após saber dessa informação. O diretor relata que, após ser aceito na *startup*, implementou uma política interna para aumentar a diversidade no ambiente de trabalho, resultando em impactos positivos, como menciona.

Essas três fontes, apesar de serem introduzidas em diferentes momentos do texto, são recorrentes ao longo de toda a reportagem. Seus depoimentos não aparecem de forma isolada, mas estão habilmente entrelaçados na narrativa. As fontes se complementam e se intercalam, contribuindo para a credibilidade dos dados do levantamento. No final do texto, é mencionado que a jornalista responsável contatou o Governo Federal, através do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em busca de dados que apresentassem um recorte mais amplo do que o feito pelo projeto “Demitindo Preconceitos”. As respostas obtidas revelam a escassez de dados oficiais sobre a população LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Apenas dois anos após a publicação dessa matéria, o Ministério Público Federal começou a questionar a ausência de perguntas sobre a população LGBTQIA+ no Censo de 2022¹⁷. As notícias positivas relacionadas ao Governo vêm do estado do Paraná. A matéria conclui com iniciativas públicas e privadas presentes no estado. Vale ressaltar que esse texto foi originalmente publicado no G1 Paraná. Assim, ao encerrar a reportagem com essas informações otimistas, a jornalista guia o leitor por uma

¹⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mpf-apura-exclusao-de-perguntas-sobre-comunidade-lgbtqia-do-censo-2022/>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

narrativa de desafios e dificuldades até chegar à “solução” — os projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf).

Os tópicos abordados na matéria estão organizados em seções identificadas por intertítulos, como: “Contratação e preconceito”; “Cultura de diversidade”; “Garantia de direitos”; “Dados oficiais e os trabalhadores LGBTQI+”; e “Estratégias de empregabilidade”. Como já mencionado, as fontes aparecem em cada uma dessas partes, dialogando com os temas abordados. Ao discutir a garantia de direitos, por exemplo, a jornalista convida Ananda para explicar como é possível sancionar legalmente qualquer forma de preconceito no ambiente de trabalho. Além de apresentar dados técnicos sobre como proceder nessas situações, a advogada ressalta que, além de criminalizar, as empresas precisam se posicionar abertamente contra a LGBTfobia para que o respeito prevaleça.

Por fim, é evidente que o portal demonstrou interesse em aprofundar os dados da pesquisa, não apenas noticiando o acontecimento, mas utilizando-o como um gancho para incluir fontes humanas e buscar respostas do governo em níveis estadual e federal sobre projetos ou políticas públicas relacionadas. Ao receber uma resposta negativa, percebe-se a importância de destacar essa ocorrência no G1. A ausência de pesquisas governamentais que abranjam a comunidade LGBTQIA+ reflete a falta de políticas públicas eficazes, uma vez que os problemas tendem a se tornar invisíveis.

A reportagem é extensa, mas é evidente que todas as informações apresentadas são pertinentes. A jornalista se empenha em apresentar os dados e dar voz às fontes humanas, que tornam mais tangíveis as porcentagens e números apresentados. Todas as fontes são contextualizadas de maneira clara, e a importância de suas vozes na matéria é inegável: não são apenas membros da comunidade LGBTQIA+, mas também vítimas do preconceito, trazendo vida ao levantamento. A reportagem não se limita a apontar a falta de oportunidades no mercado de trabalho ou focar nas fontes, mas também responsabiliza as empresas pela necessidade de se posicionarem em prol da equidade. O enquadramento, nesse caso, é temático. Embora o foco esteja nas pessoas que enfrentam a discriminação (histórias de indivíduos LGBTQIA+ que sofrem preconceito no mercado de trabalho), uma maior contextualização dos tópicos é essencial. Logo, o enquadramento está centrado no tema da matéria (LGBTQIA+ no mercado de trabalho), e as fontes – humanas ou pesquisas – aparecem para reforçar esse acontecimento.

6.5 Brilho Juiz-forano: o encanto superficial das drags

Matéria 5: Irmandade, arte e muito brilho: a vivência das drag queens na cena cultural juiz-forana¹⁸

Data: 28/06/2024

O portal G1, na editoria de "Cultura", tem trazido visibilidade à comunidade LGBTQIA+ em matérias que exploram suas expressões artísticas e desafios culturais. Dentro dessa abordagem, há matérias que destacam vivências como as das drag queens, figuras que simbolizam não apenas uma forma de expressão artística, mas também resistência social. Esse tipo de cobertura, embora ainda careça de profundidade em alguns casos, reflete o compromisso em dar espaço a narrativas pessoais e coletivas que revelam como as artes transformam realidades, além de iluminar o impacto de movimentos culturais que lutam contra o preconceito e a marginalização.

A matéria de 2024 **Irmandade, arte e muito brilho: a vivência das drag queens na cena cultural juiz-forana** busca retratar a vivência das drag queens em Juiz de Fora, destacando suas lutas e conquistas através da irmandade e acolhimento entre as artistas. No entanto, a abordagem da reportagem deixa a desejar em termos de profundidade e análise crítica.

A matéria se inicia com uma descrição básica do que é uma drag queen e destaca a importância da arte drag como uma forma de resistência e expressão. David Martins, conhecido como Saarah, é a principal fonte da matéria, e suas falas humanizam o texto ao compartilhar suas experiências pessoais. Porém, a inclusão de apenas uma perspectiva limita a amplitude da reportagem. Outras drags ou especialistas poderiam ter sido consultados para fornecer uma visão mais robusta do cenário drag em Juiz de Fora.

A matéria menciona a criação do coletivo Haus of Cult, que nasceu da necessidade de construir uma irmandade entre as drags locais. O texto menciona que o coletivo organiza eventos culturais pela cidade, incluindo um festival com uma peça de teatro composta basicamente por transformistas. No entanto, a reportagem não se

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/06/28/irmandade-arte-e-muito-brilho-a-vivencia-das-drag-queens-na-cena-cultural-juiz-forana.ghtml>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

aprofunda nas atividades e impacto do coletivo, deixando de explorar como essas iniciativas têm transformado a cena cultural da cidade.

Em termos de dados concretos, a matéria é superficial. Não são mencionados números ou estudos que mostrem a presença e importância das drags na cultura local. A ausência de referências e dados específicos enfraquece a credibilidade das informações apresentadas, que se baseiam apenas em depoimentos pessoais. A linguagem utilizada é acessível e envolvente, mas a falta de detalhamento e análise crítica prejudica a compreensão completa do cenário descrito.

O texto aborda a importância da arte drag e os desafios enfrentados pelas drags, mas não aprofunda nas questões de preconceito e estigma de forma crítica. A menção ao preconceito é feita de forma geral, sem fornecer um panorama detalhado das dificuldades enfrentadas por essas artistas. A narrativa poderia se beneficiar de um maior desenvolvimento dessas questões, trazendo exemplos concretos e dados que ilustrem os desafios diários enfrentados pelas drags.

A reportagem termina com uma declaração de Frans Wagner sobre sua experiência pessoal e a personagem Aurora The Witch. Embora interessante, o fechamento da matéria carece de um resumo ou conclusão que amarre todas as informações apresentadas, deixando o leitor sem uma reflexão final sobre o tema.

Para melhorar a profundidade e a qualidade da análise, é recomendável expandir a coleta de dados, incluir mais fontes, como outras drags, organizadores de eventos culturais e especialistas em cultura LGBTQ+. Além disso, desenvolver uma análise mais crítica sobre os desafios e preconceitos enfrentados pelas drags, com dados e referências, e explorar o impacto cultural das drags em Juiz de Fora de forma mais detalhada. Concluir a reportagem com uma reflexão ou chamada à ação, incentivando a valorização e respeito pela arte drag, também ajudaria a fortalecer a narrativa.

Essa análise revela que, apesar da intenção de destacar a importância da arte drag e a irmandade entre as drags, a reportagem falha em aprofundar-se nos desafios e impactos culturais, deixando o leitor com uma visão superficial do tema.

6.6 Discussão dos resultados: quase lá, só mais alguns passos

As cinco matérias analisadas representam uma primeira abordagem de enquadramento feita pela pesquisadora sobre as publicações do G1. As escolhas editoriais poderiam ter sido outras – tanto as matérias e os acontecimentos escolhidos

quanto a forma de divisão e nomeação dos temas poderiam ter seguido diferentes caminhos. Assim, o resultado final desse trabalho de conclusão poderia ter sido outro, mas, ainda assim, provavelmente, não apresentaria diferenças significativas.

Desde cedo, o portal buscou trazer pautas LGBTQIA+ ao público, ainda que nem sempre com a profundidade necessária. Nota-se, ao longo dos anos, um desenvolvimento nos enquadramentos das notícias, embora esse avanço pudesse ser mais ativo. Essa evolução pode ser observada ao comparar a primeira matéria analisada – **‘Pracinha dos Gays’: Cidade na Bahia chama atenção com praça inspirada na temática LGBT**, de junho de 2019 – traz apenas uma fonte: o prefeito da cidade. Embora ele se posicione em defesa dos direitos LGBTQIA+, a matéria evita utilizar a sigla "LGBTQIA+" e limita o uso da palavra "gay", desviando de um enfrentamento direto à LGBTfobia. A ausência de um depoimento sobre os desafios enfrentados na revitalização e pintura da praça com as cores do arco-íris deixa a impressão de que a simples existência da praça é suficiente para lidar com o preconceito.

Em contraste, a notícia sobre a comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho em 2020 evidencia um progresso positivo no G1. A sigla utilizada agora representa uma gama mais ampla de identidades, e o cuidado na escolha de fontes demonstra uma abordagem mais ativa e reflexiva. Com base na Teoria do Enquadramento, entende-se que a escolha de fontes desempenha um papel crucial na maneira como o receptor percebe e interpreta a informação transmitida.

[...] indica-se que as fontes utilizadas são uma forma de abordagem da realidade concreta, normalmente oficial, e reforçadora de determinada ideologia. Do ponto de vista simbólico, sem negar essa ideia, pode-se explicar que, além das fontes de informação, as fontes são símbolos de credibilidade¹⁹. (Sádaba, 2007, p. 230)

Ou seja, a escolha cuidadosa das fontes na quarta análise reflete um avanço, voluntário ou não, do G1 na representação dos desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+. Quando bem selecionadas, as fontes adicionam credibilidade à matéria e podem auxiliar a sociedade a entender e apoiar a causa LGBTQIA+.

¹⁹ No original: “Desde la teoría del encuadre se indica que las fuentes que se utilizan son un modo de aproximarse a la realidad concreta, normalmente oficial, y reforzador de una ideología determinada. Desde la perspectiva simbólica, sin negar esta idea, se puede explicar que además de suministros de información, las fuentes son símbolos de credibilidad.”

Entretanto, as três matérias primárias, publicadas em junho de 2019 e junho de 2020, apresentam alguns problemas. A segunda análise, por exemplo – **They' é a palavra do ano, segundo dicionário Merriam-Webster**, observa-se uma tentativa de abordar a linguagem inclusiva, mas que, ao se aprofundar pouco no tema, acaba abrindo espaço para questionamentos. A linguagem neutra, um tema de relevância crescente para a comunidade LGBTQIA+, exige sensibilidade, e a matéria, ao compará-la superficialmente com a palavra do ano de outro dicionário, perde a oportunidade de explorar a importância da escolha do pronome neutro.

Embora a última matéria desse trio apresente uma melhora no tratamento das pautas LGBTQIA+ pelo G1, outra notícia de 2020, **Levantamento indica que 3% das cadeias do país têm alas exclusivas para LGBTs**, falha ao não explorar uma temática de grande importância, tanto para a comunidade LGBTQIA+ quanto para a sociedade em geral. A população carcerária já é vulnerável e, dentro dela, os indivíduos LGBTQIA+ enfrentam um apagamento ainda maior. Com a chance de divulgar dados relevantes e promover um diálogo sobre a falta de direitos enfrentada por essa população, a matéria perde impacto ao evitar um aprofundamento. Além disso, o uso inconsistente de siglas demonstra a ausência de um padrão, o que contribui para a exclusão de algumas identidades LGBTQIA+.

A última matéria analisada, por ser a mais recente de 2024, **Irmandade, arte e muito brilho: a vivência das drag queens na cena cultural juiz-forana**, falhou em oferecer uma profundidade adequada ao tema. Embora o G1 demonstre um esforço em dar visibilidade às expressões artísticas da comunidade LGBTQIA+, a reportagem carece de uma análise crítica. Ao abordar a importância da arte drag como forma de resistência e destacar a irmandade entre as drags locais, a cobertura se limita a uma única perspectiva, não explorando a diversidade de vivências dentro desse contexto. A ausência de dados concretos e a falta de um panorama detalhado sobre os desafios enfrentados por essas artistas enfraquecem a narrativa, que poderia ter sido enriquecida com a inclusão de mais fontes e uma análise mais robusta sobre o impacto cultural do coletivo Haus of Cult e das drags em Juiz de Fora. Assim, apesar do reconhecimento do valor da arte drag, a reportagem deixa o leitor com uma compreensão superficial das questões enfrentadas pela comunidade.

A partir da explicação de Sádaba (2007) sobre um conceito cunhado por Richard Pride, em 1995, é possível entender a existência de *critical event*: episódios que chamam a atenção por fugirem da rotina e da normalidade, é possível entender

que eventos que fogem da rotina usual são mais propensos a virar notícia. Em cada uma das matérias analisadas, existe um gancho que justifica a sua cobertura, mas o aprofundamento pode variar. Como observado por Sádaba (2007, p.29), ao cobrir essas temáticas, “os jornalistas competem com outras forças sociais, dando sentido e criando esquemas interpretativos que ajudam a alcançar definições coletivas de assuntos públicos²⁰”.

Portanto, cabe ao jornalista ajudar a população a compreender as questões com as quais ele trabalha. No contexto analisado, observa-se que o G1 se empenha em trazer pautas da comunidade LGBTQIA+, mas ainda enfrenta dificuldades em aprofundar essas narrativas, deixando lacunas no entendimento coletivo.

E ao retomar as hipóteses levantadas na introdução deste trabalho, é possível discutir como elas se alinham com os resultados obtidos nas análises realizadas. A seguir, apresenta-se uma reflexão sobre cada uma delas, verificando se foram confirmadas, refutadas ou se se mostraram apenas parcialmente corretas.

A análise das matérias do G1 ao longo dos anos revelou um avanço na abordagem das pautas LGBTQIA+, mas também evidenciou que a inclusão das diferentes expressões dentro dessa comunidade ainda é um objetivo distante. A hipótese de que *a representação da comunidade LGBTQIA+ no G1, durante o Mês do Orgulho, reflete de forma inclusiva e diversificada as diversas vivências dessa comunidade* foi confirmada apenas parcialmente. Embora o portal tenha se esforçado para dar visibilidade a uma variedade de questões, como o mercado de trabalho e as expressões artísticas da comunidade drag, a profundidade das discussões nem sempre acompanha a necessidade de abarcar toda a complexidade dessa diversidade.

A reportagem sobre a arte drag, por exemplo, visibilizou uma subcultura importante, mas não aprofundou nas vivências das drag queens de maneira abrangente, limitando a reflexão sobre a multiplicidade de identidades dentro desse universo. Assim, pode-se concluir que, embora a hipótese tenha sido parcialmente confirmada, a representação das diferentes vivências ainda não é plena e inclusiva, como já discutido por Hall (2013), que destaca a necessidade de uma representação mais profunda e diversificada.

²⁰ No original: “Los periodistas compiten con otras fuerzas sociales al otorgar un significado y crear esquemas interpretativos que ayudan a llegar a definiciones colectivas sobre los asuntos públicos”

A cobertura jornalística do Mês do Orgulho no G1 tende a ser limitada, focando em narrativas simplificadas e não aprofundadas sobre os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ – Essa hipótese se mostrou substancialmente verdadeira ao longo da análise das matérias de 2020 e 2024. Embora o G1 tenha dado visibilidade a questões como o mercado de trabalho e a cultura drag, essas matérias frequentemente carecem de profundidade, abordando os temas de maneira superficial.

Um exemplo disso é a cobertura sobre os desafios da população LGBTQIA+ nas prisões, que, embora toque em um tema relevante, não oferece uma análise crítica nem explora as questões mais urgentes enfrentadas por essa população vulnerável. Da mesma forma, a abordagem da linguagem inclusiva foi tratada de forma rasa, sem aprofundamento nas implicações sociais e culturais desse tema. Esses aspectos confirmam a ideia de que a cobertura jornalística do G1 sobre o Mês do Orgulho tende a ser simplificada, corroborando o entendimento de Sádaba (2007), que aponta a tendência dos jornalistas de lidar com temas complexos de forma superficial, evitando questionamentos mais profundos e discussões mais substanciais.

Apesar disso, a Teoria do Enquadramento foi essencial para entender como a escolha das fontes e o enquadramento das matérias influenciam a percepção pública sobre a comunidade LGBTQIA+. O estudo revelou que o G1, embora tenha evoluído ao longo dos anos na seleção de fontes, ainda apresenta lacunas significativas na construção das narrativas. A escolha de fontes com pouca diversidade ou sem uma exploração mais aprofundada dos temas contribui para a limitação da representatividade da comunidade LGBTQIA+. A obra de Sádaba (2007) ajuda a compreender como as fontes, quando não são cuidadosamente escolhidas, podem enfraquecer a credibilidade e a profundidade das matérias, o que se reflete diretamente na falta de uma abordagem mais eficaz e inclusiva das questões LGBTQIA+.

Assim, mesmo que as hipóteses tenham sido parcialmente confirmadas, a análise dos resultados indica que o G1 ainda tem um longo caminho a percorrer para oferecer uma cobertura verdadeiramente inclusiva, profunda e diversificada sobre a comunidade LGBTQIA+. O avanço observado ao longo dos anos é positivo, mas ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, especialmente em termos de representatividade e de tratamento mais aprofundado das questões enfrentadas pela comunidade. Assim, apesar de progressos visíveis, a cobertura do Mês do Orgulho

no G1 ainda reflete uma abordagem que carece de profundidade e de um maior compromisso com a diversidade de experiências e identidades dentro da comunidade LGBTQIA+.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, sinto que alcancei uma compreensão muito mais complexa do papel do jornalismo na representatividade da comunidade LGBTQIA+ e também das limitações e potencialidades envolvidas. Meu ponto de partida foi a análise da cobertura do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+, entre os anos de 2019 e 2024, com a proposta de identificar as narrativas utilizadas e as lacunas existentes na representação dessa comunidade. Esse recorte temporal não foi aleatório; escolhi esse intervalo justamente por marcar, em 2019, uma decisão histórica do Supremo Tribunal Federal brasileiro que equiparou a homofobia e a transfobia ao crime de racismo. Essa conquista se tornou um marco que, em muitos aspectos, redefiniu a posição social e as expectativas de proteção e reconhecimento para as pessoas LGBTQIA+ no país.

O ponto de partida desta pesquisa foi, em grande parte, motivado por experiências pessoais e reflexões que se intensificaram ao longo dos últimos anos. Como mulher bissexual, que vivenciou episódios de homofobia, esse trabalho me ofereceu uma oportunidade única para canalizar minhas vivências pessoais em uma análise crítica sobre como o jornalismo – e a mídia em geral – retrata a minha comunidade. Ao me deparar com representações restritas e, muitas vezes, desumanizadoras, percebi como o jornalismo pode construir ou desconstruir estereótipos, influenciando o imaginário social e, conseqüentemente, a vida das pessoas LGBTQIA+.

Ao longo deste trabalho, buscou-se responder ao **problema de pesquisa**, que investigou como a cobertura do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+, nos anos de 2019 a 2024, reflete as diferentes expressões e vivências dessa comunidade. E a partir de toda a análise, o estudo identificou como as narrativas construídas pelo jornalismo podem tanto promover inclusão quanto reforçar estereótipos, impactando diretamente a percepção pública e a legitimação das identidades LGBTQIA+.

Ao longo deste trabalho, o **objetivo principal** foi analisar a representação da comunidade LGBTQIA+ na cobertura jornalística do portal G1 durante o mês do orgulho LGBTQIA+ entre 2019 e 2024, buscando identificar como as diferentes expressões e vivências dessa comunidade são representadas, além da presença de estereótipos, preconceitos e lacunas. Esse objetivo foi alcançado a partir de uma análise detalhada das reportagens, que revelou um padrão editorial predominante,

ainda marcado pela utilização de estereótipos e uma abordagem superficial sobre temas LGBTQIA+, refletindo o que Butler (2005) descreve como uma estrutura de poder simbólico. Este poder, operado pela mídia, não apenas informa, mas conforma a percepção pública, influenciando o que é socialmente considerado "normativo" ou "desviante".

Os **objetivos específicos** também foram atingidos, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas midiáticas e suas implicações para a representatividade. No primeiro objetivo específico, analisamos o papel do jornalismo na construção de narrativas inclusivas e na diversidade das expressões identitárias. Esse esforço revelou como a cobertura jornalística pode tanto fomentar a inclusão quanto consolidar preconceitos, sustentando, em alguns casos, uma barreira para que as identidades LGBTQIA+ sejam vistas em toda sua complexidade. Esse ponto dialoga com as ideias de Sádaba (2007), que argumenta que a mídia não só reflete a realidade, mas a molda, influenciando os discursos e as percepções sociais sobre grupos marginalizados.

Com o terceiro objetivo específico, examinamos o papel do G1 como veículo de comunicação digital e seu impacto na percepção pública da comunidade LGBTQIA+. Essa análise evidenciou a influência desse portal na construção da narrativa pública durante o mês do orgulho. As matérias frequentemente focam em estigmas e momentos de conflito, e, com isso, não oferecem a amplitude de experiências que caracteriza a diversidade LGBTQIA+. O trabalho de Sádaba (2007) é pertinente aqui, pois reforça que a repetição de certos temas e abordagens por veículos amplamente acessados forma uma “moldura cognitiva” que influencia os leitores e contribui para perpetuar estereótipos.

Minha reflexão sobre o papel do jornalista emergiu como uma das partes mais pessoais e profundas desta pesquisa. Ao pensar nas responsabilidades que o jornalista carrega ao retratar a comunidade LGBTQIA+, senti a urgência de um jornalismo que vá além da simples transmissão de fatos e que compreenda, de maneira verdadeiramente empática, a complexidade e diversidade das identidades LGBTQIA+. Eu acredito que o jornalista deve ser um agente de mudança, um mediador comprometido em ultrapassar os estereótipos que frequentemente definem a abordagem da mídia sobre a nossa comunidade. Isso exige não apenas formação técnica, mas também sensibilidade e uma ética profissional que promova uma cobertura mais humana e integral.

No decorrer do estudo, percebi que essa responsabilidade é também minha enquanto pesquisadora e futura jornalista. Sinto que esta pesquisa trouxe contribuições significativas não apenas para o campo do jornalismo, mas para meu próprio desenvolvimento profissional e pessoal. A possibilidade de me aprofundar nesse tema me fez compreender melhor o papel que desejo exercer no jornalismo: um papel de conexão, inclusão e amplificação de vozes que, historicamente, foram silenciadas ou estigmatizadas.

Quanto às contribuições e aos caminhos futuros, acredito que esta pesquisa é apenas um ponto de partida. O estudo da representatividade LGBTQIA+ no jornalismo ainda oferece um vasto campo para ser explorado e aprofundado. Um próximo passo poderia ser investigar como o público LGBTQIA+ recebe e interpreta essas representações na mídia e qual o impacto de tais representações na sua vida e identidade. Além disso, seria relevante expandir esta análise para outros veículos e mídias, bem como explorar as iniciativas que já promovem uma cobertura inclusiva e humanizada, servindo de exemplo para o que o jornalismo pode e deve ser.

A conclusão que tiro deste trabalho, enfim, é de que o jornalismo tem um papel central na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. E, enquanto jornalista em formação, compreendo que é meu dever contribuir para uma prática mais ética e consciente, que ultrapasse os limites do sensacionalismo e que abrace, com empatia e rigor, a diversidade que define a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- Alsina, Miquel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- Anderson, C.W.; Bell, Emily J.; Shirky, Clay. **Post-Industrial Journalism: Adapting to the Present**. 2012. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8N01JS7>. Acesso em: 26 out. 2024.
- Araújo, Júlio Cesar. **Redes Sociais e Ensino de Línguas: O Que Temos de Aprender?** São Paulo: Parábola, 2016.
- Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"**. 1ª ed. 11 reimp. Buenos Aires - Paidós, 2005.
- Deuze, Mark. **Media Work**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- Dill-Shackleford, Karen. **Social Group Stories in the Media and Child Development**. Aappublications Org, 2017. Disponível em: <https://pediatrics.aappublications.org/content/pediatrics/140/Supplement2/S157.full>. Acesso em: 01 abr. 2024.
- Facchini, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.
- Fernandes, Idília. **O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais: Textos & Contextos**. Porto Alegre, v.5, n 2, 2006.
- Finger, Ingrid; Menezes, Karina. **Mídia, Discurso e Poder: Estudos Interdisciplinares sobre a Representação**. Blog Mettzer. Editora Parábola, 2012.
- Fiocruz. **Estudo sobre a falta de representação positiva na mídia e seus impactos na comunidade LGBTQIA+**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- Gomes, Guilherme dos Santos. **CORPOS MARCADOS: A comunidade LGBTQIA+ durante a epidemia de HIV/AIDS em Pose**. São Leopoldo, 2021.
- Gonçalves, Telmo. **A Abordagem do Enquadramento nos Estudos do Jornalismo**. Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura, n. 5/6, Lisboa, 2015.
- Gross, Larry. **Up from Invisibility: Lesbians, Gay Men, and the Media in America**. New York: Columbia University Press, 2001.

Hall, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2013.

Hamburger, Esther. **O Brasil Antenado: A Sociedade da Novela**. São Paulo: Edições SESC SP, 2004.

Jagose, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction**. New York: New York University Press, 1996.

Jenkins, Henry. **Cultura da Convergência: Onde os Meios de Comunicação Antigos e Novos Colidem**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

Lazarin, Lucas Roecker; Rodrigues, André Iribure. **Um Panorama da Produção de Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil que abordam a temática LGBT**. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2014. Disponível em: <http://www.intercom.org.br>. Acesso em: 01 abr. 2024.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Proposições*, vol. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago, 2008.

Marcus, Eric. **Making Gay History: The Half-Century Fight for Lesbian and Gay Equal Rights**. New York: HarperCollins, 2002.

McCombs, Maxwell E., e Donald L. Shaw. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. *The Public Opinion Quarterly*, vol. 36, no. 2, 1972.

Meditich, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardojornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 27 de out. 2024.

Miliauskas, Claudia; Pinheiro, Pedro. **Introdução à identidade de gênero e LGBTQIA+**. *MDSaúde*, 2024. Disponível em: <https://www.mdsaude.com/psiquiatria/identidade-genero-lgbtqia/>. Acesso em: 13 out. 2024.

Pavilk, John V. **Journalism and New Media**. New York: Columbia University Press, 2001.

Péret, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

Pozobon, Rejane de Oliveira; Schaefer, Ricardo. **Novos Contextos Demandam Novos Líderes: Uma Revisão Histórica das Pesquisas sobre Liderança**. *Business and Management Review*, ISSN: 2047-0398, 2014. Disponível em: https://repositorio.faculdadeam.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/738/SCHAEFER_MINELLO_POZOBON_COSTA_NOVOS_CONTEXTOS_DEMANDAM.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 out. 2024.

Recuero, Raquel. **Introdução à Análise de Redes Sociais Online**. Salvador: EDUFBA, 2017.

Sádaba, Teresa. **Framing: el encuadre de las noticias. El binomio terrorismo-medios**. 1ª ed. Buenos Aires - La Crujia, 2007.

Silva, Juremir Machado da. **A Idade Mídia: A Comunicação Reinventada no Século XXI**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

Silva, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Série Jornalismo a Rigor. V. 8. Florianópolis: Insular, 2014.

Silva, Maria Júlia. **A adoção de manuais de comunicação no jornalismo digital**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

Traquina, Nelson. **O que é Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2001.

Traquina, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Volume I. Lisboa: Quimera, 2004.

Vimieiro, Ana Carolina; Maia, Rousiley Celi Moreira. **Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008**. E-Compós, v. 14, n. 1, p. 235-252, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.681>. Acesso em: 26 out. 2024.

Wardle, Claire; Derakhshan, Hossein. **Desordem Informacional: Para um Quadro Interdisciplinar de Pesquisa e Elaboração de Políticas Públicas**. Tradução: Pedro Caetano Filho e Abílio Rodrigues. Prefácio de Walter Carnielli. 2. ed. Campinas: Coleção CLE - Unicamp, 2017.

Wolf, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.